

UNIDADE 1 – ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

MÓDULO 1 – BALANÇO PATRIMONIAL

01

1- BALANÇO PATRIMONIAL

Balanço Patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, qualitativa e quantitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da Entidade. É uma das mais importantes demonstrações contábeis, por meio da qual podemos apurar a situação patrimonial e financeira de uma entidade em determinado momento. Nessa demonstração, estão claramente evidenciados o Ativo, o Passivo e o Patrimônio Líquido da Entidade.

Segundo a Lei das S/A é composto de duas colunas:

Na coluna da esquerda (à esquerda de quem olha para o Balanço Patrimonial), ou coluna do Ativo, são apresentadas as contas referentes aos bens e direitos da entidade e seus respectivos valores.

"Lei das S/A – A sociedade será designada por denominação acompanhada das expressões "companhia" ou "sociedade anônima", expressas por extenso ou abreviadamente, vedada à utilização da primeira ao final".

Para Carvalho de Mendonça, citado por Amador Paes de Almeida, a sociedade anônima "é aquela em que todos os sócios, denominados acionistas ou acionários, respondem pelas obrigações sociais até o valor em que entraram ou prometeram entrar para a formação do capital social" (Manual das Sociedades Comerciais, São Paulo: Saraiva, 2ª ed., 1979, p. 181).

Na coluna da direita, ou coluna do Passivo, são apresentadas as contas referentes às obrigações da entidade e também ao seu patrimônio líquido, bem como os valores correspondentes.

Balanço Patrimonial	
Ativo	Passivo
(Bens e direitos)	(Obrigações)

Representação Gráfica do Patrimônio

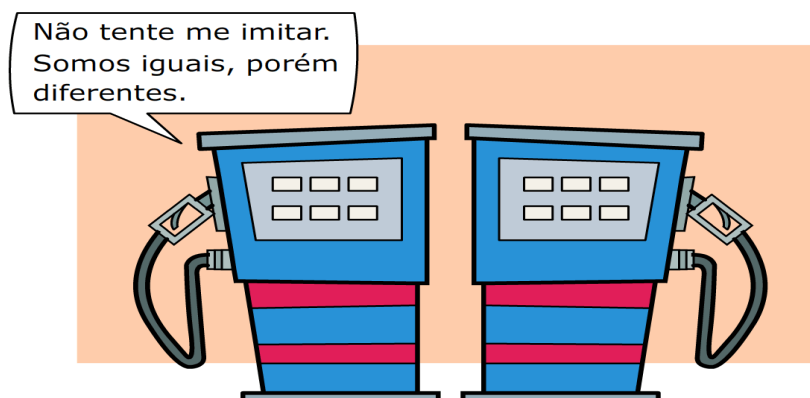
Bens + Direitos Obrigações Exigíveis	
Bens Dinheiro Mercadorias em Estoques Veículos Imóveis Máquinas Ferramentas Móveis e Utensílios Marcas e Patentes Direitos Depósitos em Bancos Duplicatas a Receber Títulos a Receber Aluguéis a Receber Ações	Obrigações Empréstimos a Pagar Salários a Pagar Fornecedores (Duplicatas a pagar) Financiamentos Impostos a Pagar Encargos Sociais a Pagar Aluguéis a Pagar Títulos a Pagar Promissórias a Pagar Contas a Pagar

A **Lei das S/A** considera o Patrimônio Líquido como parte integrante do passivo. Todavia, o passivo representa as obrigações exigíveis, ou seja, as obrigações com terceiros, enquanto que o Patrimônio Líquido representa as obrigações não exigíveis, ou seja, as obrigações com os proprietários.

02

Pode-se ver o balanço patrimonial de maneira mais simples:

Balanço Patrimonial	
Esquerda	Direita
Ativo	Passivo e Patrimônio Líquido



Ativo	São todos os bens e direitos controlados pela empresa, avaliáveis em dinheiro, que representam benefícios presentes ou futuros.
	São os itens positivos do patrimônio; trazem benefícios, proporcionam ganho para a empresa.

03

2 - CLASSIFICAÇÃO DAS CONTAS

Ao classificarmos as contas no **ativo** devemos ter atenção especial a dois itens:

- **Leasing** - com a alteração da Lei 6.404/76 pela Lei 11.638/07, os bens em processo de arrendamento mercantil devem ser contabilizados como ativo e a dívida com o leasing como passivo.
- **Benefícios Presentes ou Futuros** - títulos a receber de uma empresa falida ou um carro acidentado, são considerados perdas, pois não produzem benefícios presentes ou futuros.

Ao estudarmos o passivo, especial destaque deve ser atribuído ao aspecto da exigibilidade.

Passivo significa as **obrigações exigíveis** da empresa, ou seja, as dívidas que serão cobradas, reclamadas a partir da data do seu vencimento. É denominado também passivo exigível, procurando-se neste caso dar mais ênfase ao aspecto exigibilidade.

É denominado de **Capital de Terceiros**, sendo formado pela soma do passivo circulante com o passivo exigível a longo prazo.

04

Patrimônio Líquido – evidencia os recursos dos proprietários que são aplicados no empreendimento. Ao investimento inicial denominamos **Capital Social**. Caracteriza-se por não **ser exigível**. É denominado de **Capital Próprio**.

O Patrimônio Líquido aumenta a partir de:

- novos investimentos efetivados pelos acionistas;
- resultado da atividade operacional (lucro).

O **lucro** pertence aos proprietários. É a remuneração do capital investido, embora não seja totalmente retirado da empresa. Após a apuração do lucro ocorre sua destinação:

- Distribuído para os proprietários na forma de dividendos;

- Reinvestido na empresa.

05

3 - ESTRUTURA DO BALANÇO PATRIMONIAL

Com a alteração da Lei 6.404/76 pela Lei 11.941/09, o Balanço Patrimonial passou a ter a seguinte divisão:

ATIVO: CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE, sendo o não circulante subdividido em Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível.

PASSIVO: CIRCULANTE, NÃO CIRCULANTE E PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

Ativo	Passivo
Circulante Compreende contas que estão constantemente em giro – em movimento, sua conversão em dinheiro ocorrerá, no máximo, até o próximo exercício social.	Circulante Compreende obrigações exigíveis que serão liquidadas no próximo exercício social (nos próximos 12 meses após o levantamento do balanço).
Não Circulante Realizável a Longo Prazo Incluem-se nessa conta bens e direitos que se transformarão em dinheiro após o exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas, diretores, acionistas, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia ou da empresa.	Não Circulante (Exigível a Longo Prazo) Relacionam-se nessa conta obrigações exigíveis que serão liquidadas com prazo superior a um ano – dívidas a longo prazo.
Investimento São as aplicações de caráter permanente que geram rendimentos não necessários à manutenção da atividade principal da empresa.	Patrimônio Líquido São recursos dos proprietários aplicados na empresa. Os recursos significam o capital mais o seu rendimento – lucros e reservas. Se houver prejuízo, o total dos investimentos proprietários será reduzido.
Imobilizado Abarca itens corpóreos (tangíveis) de natureza permanente que serão utilizados para a manutenção da atividade básica da empresa.	
Intangível	

Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia.

06

4 - GRUPO DE CONTAS

Ativo	Passivo
Circulante	Circulante
Disponível (caixa e bancos)	Contas a pagar
Contas a receber	Fornecedores
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Empréstimos
	Provisões (13º salário, férias etc...).
(-) Duplicatas descontadas	
Estoques	
Investimentos temporários	
Não circulante	Não circulante
Realizável no Longo Prazo	Exigível no Longo Prazo
Títulos a receber	Financiamentos
Empréstimos às Coligadas/ Controladoras	Títulos a pagar
Empréstimos a Diretores	
Investimentos	Patrimônio Líquido
	Capital Social
Imóvel alugado a terceiros	Reservas de lucro
Participações em outras sociedades	Ações em Tesouraria (conta retificadora)
Imobilizado	Prejuízos Acumulados
Móveis e Utensílios	
Veículos	
Máquinas e equipamentos	
(-) depreciações e exaustões	
Intangível	
Marcas e patentes	

Fundo de Comércio	
(-) amortizações	

Os grupos investimentos, imobilizado e intangível eram conhecidos como ativo permanente.

É importante destacar que o Balanço Patrimonial é uma demonstração estática. Reflete o saldo das contas em determinado momento (normalmente 31/12 de cada ano), sem, contudo explicar o que ocasionou a variação destes saldos de um exercício financeiro para outro.

Existem empresas que apresentam um **ciclo operacional curto** (supermercado), outras com um ciclo operacional um **pouco maior** (indústria naval, construção civil) e outras, nas quais este ciclo é **bastante longo**, como no caso da atividade pecuária (quatro anos). Pela Lei das S/A, se o Ciclo Operacional de uma empresa for superior a um ano, para a classificação de contas no Balanço Patrimonial, passa a ser considerado este ciclo como curto prazo.

A **regra geral** é: considera-se curto prazo o período de 12 meses ou o Ciclo Operacional, valendo o maior.

Ciclo Operacional

Ciclo Operacional é o período de tempo que uma indústria, por exemplo, leva para produzir seu estoque, vendê-lo e receber as duplicatas geradas na venda, entrando no caixa. É o ciclo produzir/vender/receber.

07

RESUMO

O Balanço Patrimonial reflete patrimônio da empresa (bens, direitos e obrigações) em determinada data sem, contudo, explicar o que provocou a diferença dos saldos de um ano para outro. É uma demonstração estática que reflete a situação financeira da empresa (com exceção da conta prejuízos acumulados que é uma conta econômica).

Ele é apresentado sob a forma de um quadro ou tabela dividido em duas colunas. Na coluna da esquerda, ou coluna do Ativo, são apresentadas as contas referentes aos bens e direitos da entidade e seus respectivos valores. Na coluna da direita, ou coluna do Passivo, são apresentadas as contas referentes às obrigações da entidade e também ao seu patrimônio líquido com seus valores correspondentes.

O ativo é dividido em dois grupos: circulante e não circulante.

O grupo não circulante é subdividido em realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

O passivo é dividido em três grupos: circulante, não circulante (exigível a longo prazo) e patrimônio líquido.

Um dos aspectos mais importantes do Balanço Patrimonial é a estrutura do passivo, seu endividamento, dividido em dívidas exigíveis (capitais de terceiros= passivo circulante + passivo exigível a longo prazo) e dívidas não exigíveis (capital próprio = patrimônio líquido).

08

UNIDADE 1 – ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

MÓDULO 2 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)

1 - RECEITA E DESPESA

A cada exercício social (normalmente, um ano) a empresa deve apurar o resultado dos seus negócios. Para saber se obteve lucro ou prejuízo, a contabilidade confronta a receita (vendas) com as despesas. Se a receita foi maior que a despesa, a empresa teve lucro, se a receita foi menor que a despesa, teve prejuízo.

A **Receita** corresponde, em geral, a vendas de mercadorias ou prestações de serviços. Ela é refletida no balanço através da entrada de dinheiro no Caixa (Receita à Vista) ou entrada em forma de direitos a receber (Receita a Prazo) – Duplicatas a Receber.

A **Despesa** é todo sacrifício, todo esforço da empresa para obter Receita (todo consumo de bens ou serviços com o objetivo de obter Receita). É um sacrifício, um esforço para a empresa. Ela é refletida no balanço por meio de uma redução do Caixa (quando é paga no ato – à vista) ou mediante um aumento de uma dívida – Passivo (quando a despesa será paga no futuro – a prazo).

A despesa pode, ainda, originar-se de outras reduções de Ativo (além do caixa), como é o caso de desgastes de máquinas (depreciação) e outros.

OPERAÇÕES	A PRAZO	À VISTA
Receita →	+ Dupl. a Receber Ativo	(+) Caixa (encaixe) Ativo
Despesa →	+ Dupl. a Pagar Passivo	(-) Caixa (desembolso) Ativo
Demonstração de Resultado	Balanço Patrimonial	

09

2 - ESTRUTURA DA DRE

A **DRE** é o relatório contábil que tem a finalidade de demonstrar o Resultado (lucro ou prejuízo) do período, bem como, em detalhes, como chegar ao referido Resultado.

A preocupação na elaboração de um Relatório Contábil é a riqueza de detalhes, sem complicações, no sentido de propiciar um maior número de informações para a tomada de decisões. As parcelas dedutivas (subtrativas) são agrupadas de acordo com suas características.

DRE é um resumo ordenado das receitas e despesas da empresa em determinado período (12 meses), sendo apresentada de forma dedutiva (vertical), ou seja, das receitas subtraem-se as despesas e, em seguida, indica-se o Resultado (lucro ou prejuízo).

Observe que, enquanto o Balanço Patrimonial é uma demonstração estática (posição em determinada data) a Demonstração do Resultado do Exercício é uma demonstração dinâmica (somatório das receitas e despesas ocorridas entre 01/01 e 31/12).

É **importante** lembrar que um dos princípios contábeis que regem a apuração do resultado é o da Competência do Exercício. Em decorrência deste princípio as receitas e despesas são contabilizadas na ocorrência do fato gerador, independentemente do recebimento da receita e do pagamento da despesa. Ou seja, ter lucro não significa ter dinheiro.

Se a empresa efetua vendas a prazo em janeiro para receber em 90 dias, o reconhecimento da receita (fato gerador) e um acréscimo em duplicatas a receber ocorrem em janeiro. Desta forma, esta receita irá proporcionar um lucro em janeiro que se converterá em dinheiro somente dentro de 90 dias (fator caixa).



Da mesma forma, temos também na DRE despesas que somente serão pagas em outro momento, mas que influenciaram na apuração do lucro. É importante lembrar que algumas despesas não representam para a empresa sacrifícios financeiros, mas reduzem o lucro. É o caso, por exemplo, das depreciações, amortizações, exaustões e do resultado da equivalência patrimonial.

10

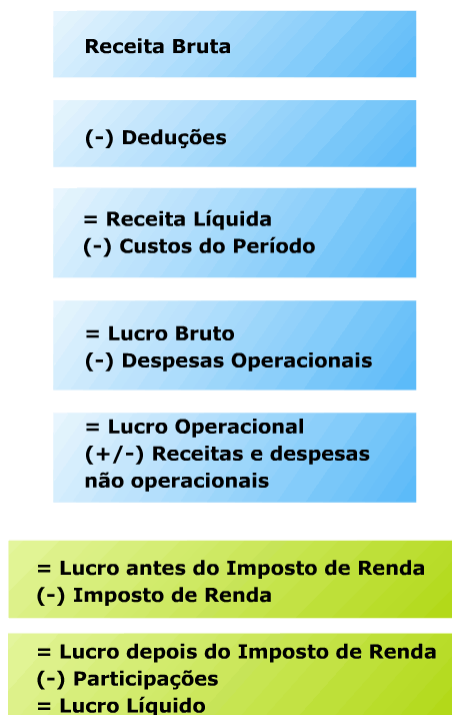
O que pretendemos destacar é que **lucro** é resultado econômico, **não representa necessariamente dinheiro**.

Vamos fazer uma analogia. Você trabalhou em janeiro (fato gerador do seu direito de receber o salário), contudo a empresa irá pagar seu salário somente no quinto dia útil do mês subsequente. Você teve uma

receita em janeiro (irá proporcionar um lucro) que somente será recebido financeiramente em fevereiro.

Mas, ainda, você estava devendo o cheque especial, e ao entrar o depósito do salário este não foi suficiente para cobrir o saldo devedor. Apesar do lucro você continua com uma situação financeira negativa.

A estrutura de uma DRE completa e os principais grupos são:



11

3 - COMO APURAR A RECEITA LÍQUIDA

A **Receita Bruta** é o total bruto vendido no período. Nela estão inclusos os impostos sobre vendas (os quais pertencem ao governo) e dela não foram subtraídas as devoluções (vendas canceladas) e os abatimentos (descontos) ocorridos no período.

Impostos e Taxas sobre vendas são aqueles gerados no momento da venda; variam proporcionalmente à venda, ou seja, quanto maior for o total de vendas, maior será o imposto. São os mais comuns:

Sigla	Nome do Imposto
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados (federal).
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (estadual).
ISS	Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (municipal).

PIS	Programa de Integração Social - taxa sobre o faturamento (federal).
COFINS	Contribuição para a Seguridade Social.

Receita Bruta (-) Deduções
Receita Líquida

Exemplo do cálculo da Receita Líquida

Nota Fiscal _____ Cia. Balanceada		
Preço do Produto		
10.000 + IPI (30%)		
	3.000	
Preço Total		13.000
ICMS incluso no Preço 18% x \$ 10.000 = \$ 1.800		

Receita Bruta	\$ 13.000
(-) Deduções	\$ (4.800)
IPI → \$ (3.000)	
ICMS → \$ (1.800)	
Receita Líquida	\$ 8.200

Exemplo do cálculo da Receita Líquida

Admita-se, como exemplo, que a indústria Cia. Balanceada tenha emitido uma nota fiscal de venda cujo preço do produto seja de \$ 10.000 mais 30% de IPI. O ICMS está incluso no preço do produto:

12

4 - COMO APURAR O LUCRO BRUTO

Entende-se por **lucro bruto** a diferença entre a Receita Líquida e o Custo da Mercadoria Vendida ou do Serviço Prestado.

Antes de continuarmos vamos identificar a diferença entre **despesa** e **custo**.

Exemplo de **diferenciação no tratamento de custo e despesa**.

Em uma indústria custo significa todos os gastos na fábrica (produção): matéria-prima, mão-de-obra, energia elétrica, manutenção, embalagem etc. Despesa significa os gastos no escritório, seja na administração, seja no departamento de vendas, seja no departamento de finanças.



13

5 - COMO APURAR O LUCRO OPERACIONAL

Lucro Operacional é a diferença entre o Lucro Bruto e as Despesas Operacionais, que são as despesas necessárias para vender os produtos, administrar a empresa e financiar as operações. Enfim, são todas as despesas que contribuem para a manutenção da atividade operacional da empresa.

Os principais grupos de Despesas operacionais são:

- a) **Despesas de vendas** – abrangem desde a promoção do produto até sua colocação junto ao consumidor (comercialização e distribuição). São despesas com o pessoal da área de venda, comissões sobre vendas, propaganda e publicidade, marketing, estimativa de perdas com duplicatas derivadas de vendas a prazo (provisão para devedores duvidosos) etc.
- b) **Despesas administrativas** – são aquelas necessárias para administrar (dirigir) a empresa. De maneira geral, são gastos nos escritórios que visam à direção ou à gestão da empresa. Pode-se citar como exemplos: honorários administrativos, salários e encargos sociais do pessoal administrativo, aluguéis de escritórios, materiais de escritório, seguro de escritório, depreciação de móveis e utensílios, assinaturas de jornais etc.
- c) **Despesas financeiras** – são as remunerações aos capitais de terceiros, tais como: juros pagos ou incorridos, comissões bancárias, correção monetária prefixada sobre empréstimos, descontos concedidos, juros de mora pagos etc.

14

6 - COMO CALCULAR O LUCRO ANTES DO IR

Ao Lucro Operacional adicionamos as receitas não operacionais e subtraímos as despesas não operacionais, obtendo-se o Lucro Antes do Imposto de Renda.

Consideram-se como não-operacionais as despesas e receitas não diretamente relacionadas com o objetivo do negócio da empresa, como por exemplo, lucro ou prejuízo na venda de ativos permanentes.

O Imposto de Renda não é calculado sobre o lucro contábil (Lucro Antes do Imposto de Renda – LAIR), mas sim sobre o Lucro Ajustado às disposições da legislação do Imposto de Renda, e que se denomina Lucro Real.

Para cálculo do Lucro Real, o LAIR é levado para um livro não contábil reservado exclusivamente para fins fiscais, conhecido como LALUR, isto é, Livro de Apuração do Lucro Real mantido pela empresa para atender a Legislação do Imposto de Renda.

No **LALUR** o lucro contábil sofrerá alguns ajustes, passando para lucro fiscal (ou tributário) e servindo de base para cálculo do Imposto de Renda.

Junto com o Imposto de Renda também é calculada a Contribuição Social, que é uma taxa sobre o lucro (9%) para o governo atender ao auxílio-desemprego e outras finalidades sociais.

15

Alguns ajustes no lucro - Vamos admitir que um fiscal qualquer passe pela empresa e a autua por sonegação, aplicando-lhe uma multa de \$ 1.000. A empresa paga a multa e deduz como despesa na DRE. Dessa forma, o lucro contábil que seria de \$ 5.000,00 foi reduzido para \$ 4.000,00.

O pagamento da multa e a dedução como despesa na contabilidade provocariam uma redução no pagamento do IR. Dessa forma a empresa estaria pagando menos IR devido a uma punição por sonegação.

Dessa forma, no LALUR, a empresa deverá adicionar ao lucro contábil aquela parcela de R\$ 1.000,00, contabilizada como dedutível, mas conforme o fisco considerada indedutível.

Outras parcelas são adicionadas ao resultado no LALUR para fins do **cálculo do lucro real**: excesso de depreciação e despesas não dedutíveis, entre outras.

Exemplo de cálculo do Imposto de Renda

Demonstração do Resultado do Exercício	
Cia. Exemplo	Em \$ mil
Receita Bruta	58.000
(–) Deduções	
IPI	(3.000)
ICMS	(4.000)
Abatimentos	(1.000)
Receita Líquida	50.000
(–) Custo dos Produtos Vendidos	(18.000)
Lucro Bruto	32.000
(–) Despesas Operacionais	
De Vendas	(6.000)
Administrativas	(12.000)
Financeiras	(8.000)
Lucro Operacional	6.000
(+/-) Receitas/Despesas não Operacionais	
Vendas de Imobilizado com prejuízo	(1.000)
Perdas diversas	(2.000)
Lucro Antes do Imposto de Renda	3.000
(–) Imposto de Renda	?

16

7 - DADOS PARA CÁLCULOS DO LUCRO REAL

- No Custo do Produto Vendido – CPV a empresa calculou a Depreciação das Máquinas e Equipamentos tendo como base 15%, e não 10%, como o Imposto de Renda determina. O valor das Máquinas e Equipamentos é de \$ 60 milhões.
- Consta em Despesa Administrativa uma multa fiscal punitiva no valor de \$ 4 milhões.
- Houve no exercício anterior, um prejuízo de \$3 milhões.

Cálculo do Lucro Real: Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR)

Lucro Contábil (LAIR)	3.000.000
Inclusões:	
5% de excesso de Depreciação x 60.000.000	3.000.000
Multa Fiscal	4.000.000
Subtotal	10.000.000
Exclusões:	
Prejuízo do Exercício Anterior	(3.000.000)
Lucro Real	7.000.000

Provisão para Imposto de Renda : 15% do Lucro Real

PIR : 15% x 7.000.000

PIR : \$ 1.050.000

Lucro Contábil (LAIR)	3.000.000
(-) PIR - Provisão para Imposto de Renda	(1.050.000)
(=) ? Lucro Depois do Imposto de Renda	1.950.000

17

Como apurar o lucro líquido:

Lucro Depois do Imposto de Renda
(-) Doações e Contribuições
(-) Participações
Lucro Líquido

O **lucro líquido** é a sobra líquida à disposição dos proprietários (sócios ou acionistas). Conforme estudado anteriormente, o lucro pertence ao proprietário da empresa, é a remuneração do capital investido. Contudo, o proprietário não pode retirar todo o lucro da empresa, uma parte é distribuída aos acionistas/proprietários na forma de dividendos e o restante é retido na empresa na forma reservas de lucros, conta de patrimônio líquido.

Ano-base e exercício financeiro

Nome : Pedro Silva
CPF : 000.000.000-00
Declaração de Ajuste Anual

Imposto de Renda - Pessoa Física
Exercício 2007
Ano-Calendário 2006

O Imposto de Renda incide sobre o lucro da empresa. Quando a empresa apura no exercício social “X” um lucro de \$ 200.000, declara-se e recolhe-se aos cofres públicos, 15% sobre o lucro (\$ 30.000), no Exercício “X+1”.

O exercício social em que é gerado o lucro (ano X) denomina-se “**Ano-base**”. O exercício social em que se paga o Imposto de Renda (ano X+1) denomina-se “**Exercício financeiro**”.

Ressalte-se que as grandes empresas pagam Imposto de Renda trimestralmente.

Pelo regime de competência, considera-se o Imposto de Renda no período em que foi gerado (Ano-base) e não no período de pagamento (exercício financeiro).

18

RESUMO

A Demonstração do Resultado do Exercício é um resumo das receitas e despesas incorridas durante o exercício financeiro. É uma demonstração dinâmica, essencialmente econômica que apura o lucro ou prejuízo da entidade.

A receita representa geralmente a venda de mercadorias ou prestações de serviços, e é refletida no balanço por meio da entrada de dinheiro no caixa (receita à vista) ou entrada em forma de direitos a receber (receita a prazo).

A Despesa é todo sacrifício, todo esforço da empresa para obter Receita e é refletida no balanço mediante uma redução do Caixa (quando é pago no ato – à vista) ou mediante um aumento de uma dívida – Passivo (quando a despesa é contraída no presente para ser paga no futuro – a prazo).

A despesa pode, ainda, originar-se de outras reduções de Ativo, como por exemplo, o caso de desgastes de máquinas (depreciação).

A estrutura de uma DRE completa e principais grupos:

- Receita bruta menos as suas deduções;
- Receita líquida menos os custos do período;
- Lucro Bruto menos as suas despesas operacionais;
- Lucro operacional mais as suas receitas e as suas despesas;
- Lucro antes e depois do IR; e
- Lucro líquido.

19

UNIDADE 1 – ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

MÓDULO 3 - DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS - DLPA

1 - DLPA E O BALANÇO PATRIMONIAL

A Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) é obrigatória para as empresas; todavia, deverá ser substituída pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido no caso das Companhias Abertas, conforme exigência da Comissão de Valores Mobiliários.

A DLPA evidencia a distribuição do lucro. Tem a finalidade de realizar a interligação da Demonstração do Resultado do Exercício com o Balanço Patrimonial, uma vez que o lucro apurado na DRE retorna ao BP na forma de dividendos (passivo circulante) ou lucros retidos (patrimônio líquido).



O **Balanço Patrimonial**, como se pode constatar é uma demonstração estática, onde são evidenciados o Ativo, o Passivo e o Patrimônio Líquido em uma determinada data.

Balanço Patrimonial

Ativo			Passivo		
	2005	2006		2005	2006
Circulante	1.400	1.100	Circulante	800	600
Caixa	200	300	Fornecedores	800	600
Duplicatas a receber	1.200	800	Impostos a Recolher		
Estoques			Outras dívidas		
Realizável a Longo Prazo			Exigível a Longo Prazo		
Títulos a Receber			Financiamentos		
Permanente	5.600	5.900	Patrimônio Líquido	6.200	6.400
Investimentos			Capital	5.000	5.000
Imobilizado	5.600	5.900	Lucros Acumulados	1.200	1.400
Diferido					
Total	7.000	7.000	Total	7.000	7.000

Podemos verificar os saldos que a empresa tinha no início e no final do período, sem, contudo sabermos as razões das variações.

Pode-se verificar que ao final do ano 2005 o saldo da conta Lucros Acumulados era de \$ 1.200,00 e que ao final do ano 2006 era de \$ 1.400,00. Novamente observa-se o aspecto estático do Balanço Patrimonial, que evidencia os saldos no início e no final do exercício, mas não destaca os motivos da variação.

20

A Demonstração do Resultado do Exercício – a DRE é uma demonstração dinâmica que informa os resultados das operações ocorridas ao longo de um determinado período. Podemos observar o total de vendas ocorrido ao longo de um período, bem como o total de despesas. Não é uma situação estática de um momento, mas a somatória de todas as operações (Receitas e Despesas) no período em análise.

Demonstração do Resultado do Exercício	
Cia. Exemplo	Em \$ mil
Receita Bruta	
(-) Deduções	
Receita Líquida	

(-) Custo dos Produtos Vendidos
Lucro Bruto
 (-) Despesas Operacionais
Lucro Operacional
 (+/-) Receitas/Despesas não Operacionais
Lucro Antes do Imposto de Renda
 (-) Imposto De Renda
Lucro Depois do Imposto de Renda
 (-) Participações
Lucro Líquido

O **Lucro Líquido Apurado na Demonstração do Resultado do Exercício** pertence aos proprietários da empresa. Contudo não é totalmente retirado da mesma:

- Parte é distribuída aos proprietários na forma de dividendos, remunerando o capital investido;
- Parte é reaplicada na empresa, no sentido de fortalecer o Capital Próprio. Esta parcela é conhecida como lucro retido (não distribuído).

Pode-se concluir que o lucro apurado na DRE irá então para o BP, uma parte para o passivo (dividendos a pagar) e outra parte para o Patrimônio Líquido (lucro retido).

Dividendos a pagar

Dividendos a pagar representam uma destinação do lucro do exercício, dos lucros acumulados ou de reservas de lucros aos acionistas da companhia.

Lucro retido

Lucro retido é assim designado quando não é distribuído na forma de dividendos, permanecendo na empresa como reservas de lucros ou lucros acumulados.

21

2 - A INTEGRAÇÃO ENTRE O BP E A DRE

O trajeto do lucro da DRE até o Balanço Patrimonial sofre tradicionalmente algumas transformações que devem ser explicadas às pessoas que utilizam os relatórios contábeis.

Uma das transformações é que o lucro retido (não distribuído) poderá receber uma destinação específica, como, por exemplo, ser utilizado especificamente para expansão da fábrica.

Podem existir, também, saldos remanescentes de lucros de anos anteriores, escriturados pela contabilidade, que não foram canalizados para fins específicos e nem foram utilizados para aumento de capital. Neste caso, em nível de escrituração, apenas somaríamos as sobras dos anos anteriores ao lucro do exercício atual, surgindo à expressão contábil **Lucros Acumulados**.

Assim, após apurar o lucro do exercício, soma-se ao remanescente já existente, fazem-se as destinações específicas, distribui-se em forma de dividendos e dá-se outros tratamentos, tudo num mesmo relatório conhecido como **Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados**, que serve de interligação entre o BP e a DRE.



Estrutura da Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados:

Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados	
Cia. Exemplo	Em \$ mil
Saldo de Lucros Acumulados em 31-12-x0	
(+/-) Ajustes de exercícios anteriores	
(+) Reversões de Reservas	
(+) Lucro Líquido do Exercício x1	
Lucro Total Disponível	
(-) Proposta da Administração para destinação do Lucro	
Reserva Legal	
Reserva Estatutária	
Reserva para Contingência	
Reserva Orçamentária (para expansão)	
Reserva de Lucros a Realizar	
Saldo de Lucros Acumulados em 31-12-x1	

Ajustes de Exercícios Anteriores

A nossa legislação estabelece que o Lucro Líquido do Exercício não deve ser influenciado por valores oriundos de outros exercícios. Dessa forma, teremos o Lucro Líquido realmente obtido com as operações num determinado ano.

Encontramos respaldo para esta disposição legal, considerando o princípio de Competência de Exercícios.

Assim, se, por exemplo, constatássemos um erro de soma de cálculo na apuração dos Estoques em X0, não poderíamos considerá-lo na DRE em 19x1 (ano em que o erro foi descoberto), pois estaríamos sendo incoerentes.

A legislação dispõe que, como ajustes de exercícios anteriores, serão considerados apenas:

- os decorrentes de efeitos de mudança de critério contábil (deverão ser indicados em notas explicativas e ressaltados os efeitos);
- retificação de erro imputável a determinado exercício anterior.

Competência de Exercícios

Competência de Exercícios é o que determina que as Receitas e Despesas devem ser contabilizadas no período da ocorrência do fato gerador.

23

3 - PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA DESTINAÇÃO DO LUCRO

Após a apuração do montante disponível do lucro, será destacada a proposta dos órgãos da administração da companhia, apresentada aos acionistas (Assembléia Geral), sobre a destinação a ser dada ao Lucro Líquido do Exercício, que é o lucro do período apurado na demonstração do resultado do exercício.

Os órgãos administrativos, da proposta sobre a destinação do lucro apresentado da DLPA, constituem reservas, baseando-se nos estatutos da empresa e na Lei das Sociedades por Ações. Essas reservas originadas do Lucro Líquido do Exercício são denominadas Reservas de Lucros.

Reserva Legal – Do Lucro Líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do Capital Social.

Poderá, a critério da companhia, deixar de receber créditos, quando o saldo desta reserva, somando ao montante das reservas de capital, atingir 30% do capital social.



A **Reserva Legal** tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e somente poderá ser utilizada para compensar Prejuízos ou aumentar Capital.

Reserva Estatutária é aquela prevista nos estatutos da empresa.

O estatuto poderá criar reservas, desde que para cada uma:

1. Indique, de modo preciso e completo, sua finalidade;
2. Fixe os critérios para determinar a parcela anual dos Lucros Líquidos que serão destinados a sua constituição; e
3. Estabeleça o limite máximo de Reservas.

24

Reserva para contingência é aquela em que parte do Lucro Líquido é destinada à formação de Reserva com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado.

A proposta dos órgãos da administração deverá indicar a causa da perda prevista e justificar, com as razões de prudência que a recomendem, a constituição da Reserva.

A Reserva será revertida no exercício em que deixarem de existir as razões que justificaram sua constituição em que ocorrer a perda.

Reserva Orçamentária (reserva de lucros para expansão) – Parcelas do Lucro Líquido poderão ser retidas para expansão da empresa quando prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral.

Reserva de lucros a realizar – Pode haver parte do Lucro Líquido que ainda não foi realizada, financeiramente.

Dessa forma não é justo pagar dividendos sobre a parcela não realizada financeiramente, caso contrário enfraqueceria a situação financeira da empresa.

Esta reserva é optativa.

RESUMO

A Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados evidencia a distribuição do lucro. Tem a finalidade de realizar a interligação da Demonstração do Resultado do Exercício com o Balanço Patrimonial, uma vez que o lucro apurado na DRE retorna ao BP na forma de dividendos (passivo circulante) ou lucros retidos (patrimônio líquido).

O lucro pertence ao acionista que não pode retirá-lo integralmente da empresa. A parcela do lucro distribuída aos acionistas é denominada de dividendos. O lucro não distribuído fica registrado como reservas de lucros ou lucros acumulados.

As reservas de lucro são a legal, estatutária, contingência, orçamentária e de lucros a realizar. Tais reservas são constituídas na forma dos Estatutos e de acordo também com a Proposta da Administração para a destinação do lucro. A Reserva legal é tratada no art. 193 da Lei 6.404/76 e deverá ser constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício. Será constituída obrigatoriamente, pela companhia, até que seu valor atinja 20% do capital social realizado, quando então deixará de ser acrescida; ou poderá, a critério da companhia, deixar de receber créditos, quando o saldo desta reserva, somando ao montante das reservas de capital, atingir 30% do capital social. Sua utilização está restrita à compensação de prejuízos e ao aumento do capital social.

A reserva estatutária é constituída por determinação do estatuto da companhia. Essas reservas não podem restringir o pagamento do dividendo obrigatório.

A reserva para contingência, segundo o artigo 196 de Lei 6.404/76 é constituída por proposta dos órgãos da administração, e tem a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado. O objetivo de constituição dessa reserva é separar uma parcela de lucros, inclusive com a finalidade de não distribuir como dividendo, o valor correspondente a prováveis perdas extraordinárias futuras.

A reserva orçamentária constitui-se na retenção de lucros para expansão da empresa, quando prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembléia Geral.

A reserva de lucros a realizar é constituída com o objetivo de evidenciar a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente, evitando a distribuição de dividendos de valores não realizados financeiramente.

UNIDADE 1 – ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

MÓDULO 4 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS - DOAR

1 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (DOAR):

A DOAR tem a finalidade de explicar a variação ocorrida no Capital Circulante Líquido (Capital Giro Próprio) de um ano para outro. Ajuda-nos a compreender como e por que a Posição Financeira mudou de um exercício para outro.

Apesar de não ser obrigatória a DOAR é de grande importância para o planejamento da empresa, pois evidencia a variação do Capital Circulante Líquido (CCL), ou seja, a situação financeira da empresa no curto prazo.



CCL é a diferença entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante.

Vejamos alguns exemplos:

Ativo	2006	Passivo	2006
Circulante	300	Circulante	200
Não circulante	900	Não circulante	100
Realizável a Longo Prazo	100	Exigível a Longo Prazo	100
Imobilizado	800	Patrimônio Líquido	900
Total	1.200	Total	1.200

Ao final de 2006 o CCL era de R\$100 ($AC = \$300 - PC = \200).

Capital Circulante Líquido

Capital Circulante Líquido é a diferença entre os valores do ativo circulante e do passivo circulante, aquilo de que a empresa efetivamente dispõe para movimentar seus negócios.

Capital Giro Próprio

Capital Giro Próprio – As contas que compõem a necessidade líquida de capital de giro representam operações de curto prazo e de retornos rápidos, sendo totalmente diferentes das contas que compõem o ativo permanente, pois estas resultam de decisões de longo prazo com uma perspectiva bastante lenta para a recuperação do capital investido (SANTI FILHO e OLINQUEVITCH, 1995).

27

Podemos obter este CCL de uma outra forma:

O passivo não circulante (exigível a Longo Prazo) e Patrimônio Líquido totaliza R\$1.000,00.

O ativo não circulante (realizável a longo prazo e imobilizado) totaliza \$900.
Temos então que: Passivo Não Circulante e Patrimônio Líquido (\$1.000) – Ativo Não Circulante (\$900) = R\$100,00.

Podemos concluir que o CCL de R\$100,00 trata-se de recursos obtidos a longo prazo ou com os proprietários (financiamentos) investidos no ativo circulante. Vejamos:

O **Patrimônio Líquido** no valor de R\$900,00 financiou totalmente o Ativo Não Circulante Imobilizado no valor de R\$800,00. Sobraram, ainda, \$100 que foram aplicados no Ativo Não Circulante Realizável a Longo Prazo (R\$100,00). Sobraram então R\$100,00, do Passivo não circulante (Exigível a Longo Prazo), que foram aplicados no ativo circulante.

Ativo	2006	Passivo	2006
Circulante	300	Circulante	200
		Não circulante	100
		Exigível a Longo Prazo	100
Não circulante	900	Patrimônio Líquido	900
Realizável a Longo Prazo	100		
Imobilizado	800		

Total	1.200	Total	1.200
--------------	--------------	--------------	--------------

Vejamos outro exemplo:

Podemos concluir que o CCL de – R\$100,00 trata-se de recursos obtidos a curto prazo (passivo circulante) aplicados no ativo não circulante. Vejamos:

O **Patrimônio Líquido** no valor de R\$800,00 foi utilizado para financiar o Ativo Não Circulante Imobilizado no valor de R\$900,00.

Para complementar o financiamento do Ativo Não Circulante Imobilizado, faltaram, ainda, R\$100,00 que foram obtidos no Passivo Não Circulante (Exigível a Longo Prazo.)

Para financiar o Ativo Não Circulante realizável a longo prazo, foram obtidos R\$100,00 por meio de dívidas de curto prazo (passivo circulante).

O que temos são dívidas de curto prazo (R\$100,00) utilizadas para financiar o ativo não circulante.

Ativo	2006	Passivo	2006
Circulante	200	Circulante	300
Não circulante		Não circulante	100
Realizável a Longo Prazo	100	Exigível a Longo Prazo	100
Imobilizado	900		
		Patrimônio Líquido	800
Total	1.200	Total	1.200

Vejamos outro exemplo:

Ativo	2006	Passivo	2006
Circulante	200	Circulante	300
Não circulante	1.000	Não circulante	100
Realizável a Longo Prazo	100	Exigível a Longo Prazo	100
Imobilizado	900		
		Patrimônio Líquido	800
Total	1.200	Total	1.200

2 - COMO ELABORAR A DOAR

Consideram-se **Origem** as operações que geram aumento de **CCL**, e como **Aplicação** as que provocam uma diminuição do **CCL**.

Entende-se como **não circulante**:

- Ativo Não Circulante: Realizável a Longo Prazo; Investimentos, Imobilizado e Intangível.
- Passivo Não Circulante (Exigível a Longo Prazo); e
- Patrimônio Líquido.

Na elaboração da DOAR devemos analisar as variações ocorridas no grupo não circulante e no Patrimônio Líquido, visto que as operações cujos reflexos ocorrem dentro do grupo circulante não afetam o CCL.

Exemplificando:

Ativo	2006	Passivo	2006
Circulante	100	Circulante	70
Não circulante	1.100	Não circulante	330
Realizável a Longo Prazo	200	Exigível a Longo Prazo	330
Imobilizado	900		
		Patrimônio Líquido	800
Total	1.200	Total	1.200

A empresa possui \$100 de ativo circulante e R\$70,00 de passivo circulante, seu CCL (AC – PC) será de R\$30,00.

Caso a empresa compre estoque a prazo no valor de R\$50,00 teremos um aumento no ativo circulante de R\$50,00 pela entrada do estoque e um aumento simultâneo no passivo circulante (fornecedores).

Neste caso, o ativo circulante passará para R\$150,00 e o passivo circulante para R\$120,00 mantendo o CCL em R\$30,00.

Observe que esta operação foi totalmente lançada nos grupos circulantes (ativo circulante e passivo circulante).

Caso a compra fosse à vista, teríamos um aumento no ativo circulante (estoque) e uma redução simultânea do ativo circulante pela saída de recursos do caixa da empresa, mantendo o CCL em R\$30,00.

Se a empresa obtém um empréstimo de longo prazo para capital de giro, temos um aumento no ativo circulante (entrada de recursos no caixa) e um aumento no passivo não circulante (exigível a longo prazo), alterando desta forma o CCL.

Podemos concluir que somente ocorre alteração no CCL quando um dos lançamentos ocorre nos grupos circulantes (ativo circulante ou passivo circulante) e o outro ocorre nos grupos não circulantes (ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível), passivo não circulante (exigível a longo prazo) e patrimônio líquido).

É importante observar que as operações “fechadas” dentro do grupo não circulante e patrimônio líquido não afetam o CCL, contudo devem ser evidenciadas na DOAR. Exemplo.

Exemplo

Exemplo **Aquisição de veículos por meio de financiamento de longo prazo**. Ocorre um aumento no **ativo não circulante imobilizado** (veículos) e um aumento no **passivo não circulante** (exigível a longo prazo).

Esta operação não afetou o CCL, mas deve ser evidenciada na DOAR uma origem (financiamento de longo prazo) e uma aplicação (aquisição de veículos).

Considere uma empresa com o seguinte **Balanco Patrimonial**:

Empresa Exemplo S/A					
Ativo	2005	2006	Passivo	2005	2006
Circulante	200	300	Circulante	150	200
Disponível	100	120	Fornecedores	80	120
Estoque	60	80	Salários a pagar	40	40
Duplicas a receber	40	100	Duplicatas a pagar	30	40
Não circulante	600	900	Não circulante	50	30
Realizável a Longo Prazo	120	70	Exigível a Longo Prazo	50	30
Empréstimos a receber	120	70	Financiamentos	50	30
Investimentos	80	40	Patrimônio Líquido	600	970
Participações	80	40	Capital Social	550	900
Imobilizado	400	790	Reservas de Lucro	50	70

Máquinas e equipam.	400	790			
Total	800	1.200	Total	800	1.200

Analizando o Balanço Patrimonial , podemos afirmar que:

- O CCL (2005) = R\$50,00, pois AC = 200 e PC = 150;
- O CCL (2006) = R\$100,00, pois AC = 300 e PC = 200.
- Variação ocorrida no CCL = R\$50,00.

29

A finalidade da DOAR

A finalidade da DOAR é explicar o que provocou este acréscimo de R\$ 50,00 no Capital Circulante Líquido. Vamos analisar as variações ocorridas nos grupos não circulantes.

a) Ativo Não Circulante Realizável a Longo Prazo – ARLP:

O **ARLP**, composto por Empréstimos a Receber, no início de 2006 (final de 2005) era de R\$ 120,00 e ao final de 2006 era de R\$ 70,00. Como diminuiu o direito a receber, podemos supor que a empresa recebeu R\$50,00. O recebimento dos recursos gera uma entrada de dinheiro para a empresa, aumentando em consequência o CCL.

Houve uma origem de recurso de R\$50,00.

b) Ativo Não Circulante Investimento –Inv:

O **APIInv**, composto por Participações em outras empresas, no início de 2006 (final de 2005) era de R\$ 80,00 e ao final de 2006 era de R\$ 40. Como diminuiu o ativo, podemos supor que a empresa vendeu parte de suas participações que estavam contabilizadas por R\$40,00. O recebimento dos recursos gera uma entrada de dinheiro para a empresa, aumentando em consequência o CCL.

Houve uma origem de recurso de R\$40,00.

c) Ativo Não Circulante Imobilizado –Imob:

O **Imob**, composto por Máquinas e Equipamentos, no início de 2006 (final de 2005) era de R\$ 400,00, e ao final de 2001 era de R\$ 790,00. Como aumentou o ativo, podemos supor que a empresa comprou máquinas e equipamentos no valor de R\$ 390,00. A compra, à vista, provoca uma saída de recursos, diminuindo em consequência o CCL. (não está sendo considerada a redução do valor do bem por depreciação).

Houve uma aplicação de recurso de R\$390,00.

d) Passivo Exigível a Longo Prazo:

O **Passivo** representa as dívidas da empresa com terceiros. No caso analisado, a empresa, no início de 2006 (final de 2005) possuía dívidas de longo prazo no valor de R\$ 50,00 e ao final de 2006 essas dívidas passaram para R\$ 30,00. Como diminuiu a dívida, podemos supor que a empresa pagou parte de suas obrigações com terceiros, no valor de R\$20,00. O pagamento da dívida gera uma saída de dinheiro para a empresa, diminuindo em consequência o CCL.

Houve uma aplicação de recurso de R\$20,00.

e) Patrimônio Líquido – PL

O **Patrimônio Líquido** representa o recurso do proprietário investido na empresa. Também chamado de Capital Próprio, representa as obrigações da empresa com os proprietários, caracterizando-se, porém, por ser uma dívida não exigível enquanto a empresa estiver em continuidade.

O PL teve uma variação (aumento) de R\$ 370,00 (R\$970,00 – R\$600,00). Como aumentou a dívida da empresa, podemos afirmar que existem mais recursos do proprietário na empresa, ou seja, o proprietário “emprestou” recursos para a empresa, ocasionando uma entrada no valor de R\$ 370,00.

Houve uma origem de recurso de R\$370,00.

A Doar

1. Capital Circulante Líquido no início de 2006		50
2. Origens de C.C.L. em 2006		460
Redução do Ativo Realizável a Longo Prazo	50	
Redução do Ativo Não Circulante Investimento	40	
Aumento do Patrimônio Líquido	370	
3. Aplicações de C.C.L. em 2006		410
Aumento do Ativo Não Circulante Imobilizado	390	
Redução do Passivo Exigível a Longo Prazo	20	
4. Capital Circulante Líquido ao final de 2006		100

3 - ESTRUTURA COMPLETA A DOAR

Costumamos afirmar que o aluno tem três formas de obter recursos (origem) para financiar seus estudos:

- 1) Trabalhando. O valor do seu trabalho é expresso por sua remuneração que pode ser visualizada em seu contracheque;
- 2) Pode pedir dinheiro a seus pais; e
- 3) Pode solicitar dinheiro a terceiros (empréstimos ou vender seus bens).

Fazendo uma analogia com a empresa, podemos dizer que as três principais origens de recursos são:

- 1) Sua atividade operacional (o contracheque da empresa é a DRE);
- 2) Com os acionistas (pais da empresa); e
- 3) Com terceiros (empréstimos ou pelo recebimento da venda de bens).

Das operações – O resultado da atividade operacional da empresa é expresso na Demonstração do Resultado do Exercício, o Lucro Líquido.

Contudo existem valores que influenciam na apuração do lucro na DRE, mas cujos reflexos são não operacionais ou não afetam o CCL.

O Resultado não operacional (positivo ou negativo) deve ser ajustado ao lucro líquido e considerado nas origens/aplicações de terceiros (conforme o caso), pois buscamos no momento o resultado provocado pelas atividades operacionais.

Outros valores influenciam o lucro líquido apurado na DRE, mas não afetam o CCL. É o caso do Resultado com Equivalência Patrimonial (cujo reflexo é no Ativo Não Circulante Investimento) e as depreciações (cujo reflexo é no Ativo Não Circulante Imobilizado).

Dos acionistas – Quando o acionista integraliza Capital ocorre um aumento no Patrimônio Líquido (Capital Social) e um aumento no Ativo. É claro que o aumento de Capital Social pode ocorrer por reversão de reserva de lucro. Esta visualização será possível através da Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido. Para fins deste estudo consideraremos que o aumento de capital social será por integralização de Capital.

De terceiros – A empresa pode buscar recursos com terceiros através, por exemplo, de aquisição de novos empréstimos. Esta operação provocará um aumento no passivo exigível, tendo como contrapartida um aumento no ativo.

Pode, também, vender seus ativos não circulantes, o que provocará um aumento de ativos (pela entrada do recurso ou do direito a receber).

Verifica-se, então, que as origens de terceiros pode ocorrer pelo aumento do passivo não circulante ou pela diminuição do ativo não circulante.

Aplicações – As empresas podem aplicar seus recursos no pagamento das dívidas, o que provocará uma redução do passivo não circulante, ou na compra de ativos, o que provocará um aumento do ativo não circulante. Exemplo:

32

Exemplo: Considere as demonstrações contábeis abaixo e atente para o fato de que não houve distribuição do lucro (dividendos):

Balanco Patrimonial					
Ativo	2005	2006	Passivo	2005	2006
Circulante	800	1.130	Circulante	300	400
Disponível	200	380	Contas a pagar	300	400
Duplicatas a receber	600	750			
Não circulante	700	1.120	Não circulante	300	750
Realizável a LP	-	-	Exigível a LP	300	750
Investimentos	200	200	Financiamentos	300	750
Imobilizado	500	920	Patrimônio Líquido	900	1.100
			Capital Social	800	800
Diferido	200	200	Reservas de Lucro	100	300
Total	1.500	2.250	Total	1.500	2.250

Demonstração do Resultado do Exercício – 2006		Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados - 2006	
Receita	1.100	Lucros Acumulados	0
(-) Despesa	(900)	+ Lucro do mês	200
= Lucro Líquido	200	Reserva de Lucro	-200

		= Saldo de lucros acumulados	0
--	--	------------------------------	---

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

1. Capital Circulante Líquido no início de 2006 (final de 2005)	500
2. Origens de Capital Circulante Líquido em 2006	650
2.1. Das Operações	200
Lucro Líquido	200
2.2. Dos Acionistas	-
2.3. De Terceiros	450
Financiamentos	450
3. Aplicações de Capital Circulante Líquido em 2006	420
Aquisição de imobilizado	420
4. Capital Circulante Líquido no final de 2006	730

Pela análise da DOAR podemos observar que:

- a) houve uma variação de R\$230,00 no CCL;
- b) a empresa obteve recursos por meio de sua atividade (lucro de \$200) e por financiamentos (\$450). Parte dos recursos foi aplicada na aquisição de imobilizados (R\$420,00) e a diferença (R\$650,00 - R\$420,00 = R\$230,00) ficou aplicada no ativo circulante, aumentando o Capital Circulante líquido.

33

RESUMO

A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos tem a finalidade de evidenciar a variação do Capital Circulante Líquido (diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante).

As operações que provocam alteração no capital circulante líquido são aquelas nas quais ocorre um dos lançamentos no grupo circulante do (ativo circulante e passivo circulante) e o outro lançamento ocorre nos grupos não circulantes e no patrimônio líquido do balanço patrimonial.

A análise permite identificar onde a empresa obtém recursos (origens/financiamentos) e onde ela aplica/ investe estes recursos (aplicações).

De forma geral, temos:

Aumento no ativo não circulante: aplicação de recursos (ocorre uma saída de recursos para a compra dos ativos).

Redução no ativo não circulante: origem de recursos (entrada de dinheiro em função da venda dos ativos).

Aumento do Passivo não circulante e do Patrimônio Líquido: origem de recursos (obtenção de novos empréstimos ou suporte de recursos pelos acionistas).

Redução do Passivo não circulante e do patrimônio líquido: aplicação de recursos (pagamento dos empréstimos).

D.O.A.R	Aumento	Redução
Ativo não circulante	Aplicação	Origem
Passivo não circulante e patrimônio líquido	Origem	Aplicação

34

UNIDADE 1 – ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

MÓDULO 5 - DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA – DFC

1 - DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

Demonstração de Fluxo de Caixa é a demonstração financeira que indica a origem de todo o dinheiro que entrou no Caixa, bem como a aplicação de todo o dinheiro que saiu do Caixa em determinado período e, ainda, o Resultado do Fluxo Financeiro. Também é conhecida como Demonstração do Fluxo do Disponível.



A **DFC** tem a finalidade de auxiliar o planejamento financeiro da empresa, antecipando o momento em que a empresa precisará de um financiamento, ou quando a empresa terá, mesmo que temporariamente, sobra de recursos para aplicar no mercado financeiro.

A DFC é obrigatória:

- para as empresas que negociam suas ações em Bolsa (Capital Aberto);
- para as S/A de Capital Fechado que tenham o Patrimônio Líquido superior a R\$2.000.000 (dois milhões de reais).

Uma das principais diferenças entre a elaboração da DOAR e da DFC refere-se ao tratamento a ser dispensado aos investimentos efetuados a prazo.

Principais diferenças entre a elaboração da **DOAR** e da **DFC** em relação aos investimentos efetuados a prazo:

DOAR	DFC
Tem a finalidade de explicar a variação ocorrida no CCL (AC – PC).	Tem a finalidade de auxiliar o planejamento financeiro da empresa.
Não é obrigatória no País.	É obrigatória.
As operações a prazo representam simultaneamente, uma origem (pelo aumento do exigível a longo prazo) e uma aplicação (pelo aumento do ativo permanente) que não afeta o CCL, mas é evidenciada no corpo da demonstração.	As operações a prazo não são evidenciadas na DFC, pois não se deve considerar a existência do “Caixa Virtual”.
As entradas de recursos são lançadas como origens e as saídas como aplicações.	Na DFC as entradas e saídas de caixa são separadas por atividades: Operacionais, Investimentos e Financiamentos.

35

A DFC utiliza a classificação do fluxo de caixa em três grupos:





1. Atividades operacionais,
2. Atividades de investimento e
3. Atividades de financiamento.

Aspectos da classificação que geram polêmica:

Pontos polêmicos	Princípios contábeis americanos	Princípios contábeis internacionais
Juros	Atividade Operacional	Atividade Operacional Atividade Financiamentos

Dividendos recebidos	Atividade Operacional	Atividade Operacional Atividade Financiamentos
Dividendos pagos	Apesar de serem contabilizados no passivo circulante, constituem remuneração de capital social. Como o Capital Social é considerado como atividade de financiamento, os dividendos pagos aos acionistas seguem a mesma classificação.	
Duplicatas Descontadas	Não faz referência	Atividades Operacionais
Investimentos e Financiamentos a prazo	Não transitam na DFC (caixa virtual).	

Para fins do estudo, classificaremos:

Juros		Atividade Operacional
Dividendos Recebidos		Atividade Operacional
Duplicatas Descontadas		Atividade Operacional
Dividendos Pagos		Atividade Financiamento

Existem dois métodos para elaboração da DFC: Direto e Indireto ou reconciliação. Vamos estudar apenas o método direto

Atividades Operacionais

As atividades Operacionais, geralmente, referem-se à produção e venda de produtos, e à prestação de serviços, como também a valores que transitam pela Demonstração do Resultado do Exercício. Devemos observar, no ativo e no passivo circulante, transações não operacionais, tais como empréstimos que serão classificadas em atividades de investimentos e financiamentos.

Atividades de Investimentos

As atividades de Investimentos referem-se à aquisição de ativos não-circulantes, particularmente bens imóveis, instalações fabris e equipamentos, usualmente representa a maior destinação de dinheiro das empresas. Normalmente, refere-se à variação dos itens do Ativo Não Circulante (Realizável a Longo Prazo e Permanente). Devemos observar no grupo não circulante valores considerados operacionais, tais como juros e impostos.

Atividades de Financiamentos

As atividades de Financiamentos significam que a empresa também consegue dinheiro por meio de empréstimos a curto e longo prazo e de emissão de ações representativas do capital. Ela utiliza o caixa para pagamento de dividendos aos acionistas, para amortizar os empréstimos e resgate de ações próprias nas mãos do público. Normalmente, refere-se à variação dos itens do Passivo Não Circulante (Exigível a Longo Prazo e Patrimônio Líquido). Observar, no grupo não circulante, valores considerados operacionais, tais como juros e impostos.

Como elaborar a DFC pelo método direto - Na elaboração da DFC pelo método direto, temos que saber a relação entre as contas da DRE e do Balanço Patrimonial – BP.

Considerando que todas as operações foram efetuadas a prazo, teremos a seguinte relação entre a DRE e o BP.

DRE		BP	
Receita Bruta	➡	Aumento de Duplicatas a receber (ativo circulante)	
Deduções (impostos sobre vendas)	➡	Aumento de impostos a recolher (passivo circulante)	
Receita Líquida			
Custo da Mercadoria Vendida	➡	Redução de Estoque (ativo circulante)	
Lucro Bruto			
Despesas Operacionais			
Administrativas (Salários)	➡	Aumento de Salários a pagar (passivo circulante)	
Administrativas (Depreciação)	➡	Aumento de depreciação acumulada (ativo permanente)	
Financeiras (Juros)	➡	Aumento de juros a pagar (passivo circulante)	
Vendas (Frete)	➡	Aumento de fretes a pagar (passivo circulante)	
Perda com equivalência patrimonial	➡	Variação das participações em outras empresas (Ativo Permanente Investimentos)	
Resultado Operacional			
Resultado não operacional	➡	Relaciona-se a venda de bens do ativo permanente	
Lucro Antes do Imposto de Renda			
Provisão para Imposto de Renda	➡	Aumento de Imposto de Renda a pagar (passivo circulante)	
Lucro depois do Imposto de Renda			
Participações	➡	Aumento de participações a pagar (passivo circulante)	
Lucro Líquido			

Com base no quadro citado anteriormente, vamos supor os seguintes saldos ao final de um exercício financeiro:

BP	31/12/2005	31/12/2006	DRE	2006
Duplicatas a Receber	R\$100,00	R\$50,00	Receita Bruta	R\$300

O saldo inicial, em 2006, das duplicatas a receber era de R\$ 100,00. As vendas geram aumento no saldo de duplicatas a receber, que passou então para R\$400,00 (R\$100,00 + R\$300,00).

Como o saldo final é de R\$50,00 podemos deduzir que R\$350,00 (R\$400,00 – R\$50,00) foram recebidos durante o ano de 2006.

Uma outra forma de obtermos este valor é:

O saldo ao final de 2005 foi recebido: R\$100,00

Das vendas efetuadas em 2006, ainda faltam receber R\$50,00 o que significa que recebemos R\$250,00.

O total recebido, portanto, foi de R\$350,00.

Este pensamento é válido para as demais contas da DRE.

Exemplo.

37

Balço Patrimonial– Cia. Avaliação S/A.					
ATIVO	2002	2003	PASSIVO	2002	2003
Circulante	300.000	315.000	Circulante	190.000	107.312
Disponível	100.000	211.000	Fornecedores	140.000	42.000
Duplicatas a Receber	120.000	99.000	Participações a pagar	6.800	5.015
Estoques	80.000	5.000	Imposto de Renda a pagar	3.200	6.210
			Salários a pagar	30.000	34.000
			Dividendos a pagar	10.000	8.087
			Fretes a pagar	-	12.000
Realizável a Longo Prazo	20.000	64.000	Exigível a Longo Prazo	90.000	133.000
Empréstimo a coligada	20.000	20.000	Financiamento	90.000	133.000
Títulos a receber	-	44.000			
Permanente	290.000	273.000	Patrimônio Líquido	330.000	411.688
Investimento	130.000	95.000	Capital Social	266.000	326.000
Participações em coligadas	60.000	95.000	Lucros Acumulados	10.000	30.349
Imóveis para renda	70.000	-	Reserva Legal	18.000	19.339
			Reserva Estatutária	36.000	36.000
Imobilizado	160.000	178.000			
Veículos	50.000	25.000			
Imóveis para uso	80.000	80.000			
Equipamentos	30.000	73.000			
TOTAL	610.000	652.000	TOTAL	610.000	652.000

38

Demonstração do Resultado do Exercício

	Receita Bruta		150.000
(-)	Deduções		-
=	Receita Líquida		150.000
(-)	Custo da Mercadoria Vendida		(75.000)
=	Lucro Bruto		75.000
(-)	Despesas Operacionais		(45.000)
	Administrativas (Salários)	(25.000)	
	Financeiras (Juros)	(8.000)	
	Vendas (Frete)	(12.000)	
=	Resultado Operacional		30.000
(+/-)	Resultado não operacional		5.000
=	Lucro Antes do Imposto de Renda		35.000
(-)	Provisão para Imposto de Renda		(5.250)
=	Lucro depois do Imposto de Renda		29.750
(-)	Participações		(2.975)
	Empregados	(2.975)	
=	Lucro Líquido		26.775

Notas Explicativas:

O Resultado não Operacional refere-se à alienação de itens do ativo permanente.

Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados

Saldo de Lucros Acumulados em 31-12-02		10.000
(+) Lucro Líquido do Exercício de 2003		26.775
= Lucro Total Disponível		36.775
(-) Proposta da Administração para destinação do lucro		(6.426)
Reserva Legal	(1.339)	
Dividendos propostos	(5.087)	
Saldo de Lucros Acumulados em 31-12-03		30.349

39

2 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO**a) Caixa Líquido das Atividades Operacionais**

Recebimento de vendas e duplicatas:

Saldo Inicial de Duplicatas a receber : R\$ 120.000

Vendas efetuadas no período : R\$150.000

Saldo Final de Duplicatas a receber : R\$ 99.000

Podemos deduzir que o recebimento de vendas/duplicatas foi de R\$ 171.000 ($R\$ 120.000 + R\$ 150.000 - R\$ 99.000$).

Seguindo a estrutura da DRE, a próxima conta é CMV. CMV é quanto de estoque que saiu da empresa:

Saldo Inicial de estoque: R\$ 80.000

Mercadorias que saíram do estoque: R\$ 75.000

Saldo Final de estoque: R\$ 5.000,00

Podemos deduzir que durante o período a empresa não comprou mercadorias para estoque.

Vamos recordar de que quando a empresa compra estoque ela aumenta sua dívida com fornecedores.

Então a pergunta que temos a responder é: **quanto foi pago pela empresa aos fornecedores?**

Saldo Inicial de fornecedores : R\$ 140.000,00

Compra de estoque : R\$ 0

Saldo Final de fornecedores : R\$ 42.000,00

Seguindo o raciocínio anterior podemos afirmar que a empresa pagou aos seus fornecedores R\$ 98.000 ($R\$140.000 + 0 - R\42.000).

A próxima conta da DRE é salários. A despesa com salários gera salários a pagar:

Saldo Inicial de salários a pagar: R\$ 30.000

Despesa do período com salários: R\$ 25.000

Saldo Final de salários a pagar: R\$ 34.000

A empresa pagou de salários R\$ 21.000 ($R\$30.000 + R\$25.000 - R\$34.000$).

Seguindo a estrutura da DRE, a próxima conta é juros. A despesa com juros gera juros a pagar:

Saldo Inicial de juros a pagar : R\$ 0

Despesa do período com juros : R\$ 8.000

Saldo Final de juros a pagar : R\$ 0

A empresa pagou de juros R\$ 8.000,00 ($R\$0 + R\$8.000,00 - R\$0$).

A próxima conta da **DRE** é **frete**s. A despesa com fretes gera fretes a pagar:

Saldo Inicial de fretes a pagar : R\$ 0

Despesa do período com fretes : R\$ 12.000,00

Saldo Final de fretes a pagar : R\$ 12.000,00

A empresa não efetuou dispêndios para o pagamento de fretes ($R\$0 + R\$12.000 - R\$12.000$).

40

Na sequência da DRE temos o **Resultado não operacional**.

O Resultado não operacional refere-se a ganho ou perda na alienação de ativo permanente. Como estamos verificando as atividades operacionais, vamos verificar esta variação quando estivermos analisando a variação do ativo não circulante.

O Imposto de Renda na DRE gera **Imposto de renda a pagar no passivo circulante**.

Saldo Inicial de imposto de renda a pagar: R\$ 3.200,00

Despesa do período com imposto de renda: R\$ 5.250,00

Saldo Final de imposto de renda a pagar: R\$ 6.210,00

A empresa pagou de imposto de renda no período o valor de R\$ 2.240,00 ($R\$3.200,00 + R\$5.250,00 - R\$6.210,00$).

As participações deduzidas na DRE geram **participações a pagar no passivo circulante**.

Seguindo a mesma linha de raciocínio podemos afirmar que a empresa pagou de participações o valor de R\$ 4.760,00. ($R\$6.800,00 + R\$2.975,00 - R\$5.015,00$).

Finalizamos, assim, a análise de todas as contas da DRE e, como consequência as atividades operacionais.

41

b) Caixa Líquido das Atividades Investimentos:

As atividades de investimentos estão relacionadas com a **variação do Ativo Não Circulante**.

Se o **ativo não circulante**, por exemplo, veículo, aumenta de um exercício financeiro para outro, significa que houve uma aquisição e, para a compra, ocorre saída de recursos da empresa.

Se o **ativo não circulante**, por exemplo, empréstimo a receber, diminui de um exercício financeiro para outro, significa que recebemos parte do empréstimo, e ocorre a entrada de recursos.

Pelo exposto, podemos concluir que:

Variação	Aumenta	Diminui
Ativo não circulante	Sai dinheiro	Entra dinheiro

Assim, no **Balanco Patrimonial** temos:

- Empréstimos a coligadas: não houve variação, não sendo, portanto, objeto de análise.
- Títulos a receber: apresenta uma variação de R\$ 44.000,00, o que induz ao raciocínio de que a empresa “emprestou” este valor. Ou seja, houve um desembolso de R\$ 44.000,00.
- Participações em coligadas: houve uma variação para mais de \$35.000.

Antes de afirmarmos que se trata de novos investimentos em outras empresas (compra de ações) devemos considerar a hipótese de que esta variação tenha sido resultado da avaliação dos investimentos por Equivalência Patrimonial. Se fosse esse o caso, haveria na DRE uma receita/despesa com equivalência patrimonial.

Verificando as contas Imóveis para Renda e Veículos, constatamos uma redução de R\$ 95.000,00 (R\$70.000,00 em imóveis para renda e R\$25.000,00 em veículos).

Podemos deduzir que houve **venda de Ativo Permanente**. A pergunta agora é: **por quanto a empresa vendeu estes ativos permanentes contabilizados** por R\$95.000,00?

Na DRE temos um Resultado não operacional de R\$5.000,00, o que nos leva a deduzir que o imobilizado foi vendido por R\$100.000,00 gerando uma entrada de recursos no caixa da empresa.

Os equipamentos tiveram um acréscimo no valor de R\$43.000,00, o que pode ser fruto da nova aquisição de equipamentos.

Antes de fazermos esta afirmação, devemos verificar se este acréscimo não é consequência da reavaliação. Caso fosse este o caso, haveria o surgimento da Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido.

42

c) Caixa Líquido das Atividades Financiamento/ Passivo não Circulante

Normalmente, relacionam-se as variações ocorridas no **Passivo não Circulante**.

Se o **passivo não circulante**, por exemplo, financiamento, aumenta de um exercício financeiro para outro, significa que houve a obtenção de novo empréstimo e uma entrada de recursos da empresa.

Se o **passivo não circulante**, por exemplo, empréstimo a pagar, diminui de um exercício financeiro para outro, significa que pagamos parte da dívida, e ocorre saída de recursos.

Pelo exposto, podemos concluir que:

Variação	Aumenta	Diminui
Passivo não circulante	Entra dinheiro	Sai dinheiro

- As dívidas de longo prazo, financiamentos, apresentaram uma variação de R\$43.000,00, o que nos leva a concluir que a empresa obteve nos financiamentos, gerando entrada de recursos no caixa.
- O Capital Social que era de R\$266.000,00 apresenta agora um saldo de R\$326.000,00, o que nos leva a conclusão de que houve integralização de Capital Social no valor de R\$ 60.000,00.

A próxima demonstração a ser analisada é a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados. Na DLPA é evidenciada a distribuição do lucro: reservas e dividendos.

- As reservas são retiradas de lucros acumulados e lançadas em reservas de lucro (Patrimônio Líquido), não tendo, desta forma, reflexo no caixa.
- Todavia, os dividendos geram dividendos a pagar.

Saldo Inicial de dividendos a pagar : R\$ 10.000,00
 Despesa do período com dividendos : R\$ 5.087,00
 Saldo Final de dividendos a pagar : R\$ 8.087,00

A empresa pagou de dividendos no período o valor de R\$ 7.000,00 ($R\$ 10.000,00 + R\$ 5.087,00 - R\$ 8.087,00$).

Vejamos, então, como fica a DFC:

DFC		
1. Caixa Líquido das Atividades Operacionais		37.000
Recebimento de Duplicatas/vendas	171.000	
Pagamento de fornecedores	(98.000)	
Pagamento de salários	(21.000)	
Pagamento de juros	(8.000)	
Pagamento de fretes	0	
Pagamento de imposto de renda	(2.240)	
Pagamento de participações	(4.760)	
2. Caixa Líquido das Atividades de Investimentos		(22.000)
Aumento de Títulos a receber	(44.000)	
Aumento de participações em coligadas	(35.000)	
Alienação de Imobilizado (imóveis para renda e veículos)	100.000	
Aquisição de Imobilizado (equipamentos)	(43.000)	
3. Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos		96.000
Obtenção de financiamento de longo prazo	43.000	
Integralização de Capital Social	60.000	
Pagamento de dividendos	(7.000)	
Variação provocada no Caixa		111.000
Saldo Inicial do Disponível: R\$ 100.000		
Saldo Final do Disponível: R\$ 211.000		
Variação do Disponível: R\$ + 111.000		

43

3 - O PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA DO EXERCÍCIO

Um dos princípios contábeis que regem a elaboração das demonstrações financeiras é o da Competência do Exercício ou Confronto das despesas com as receitas, que determina que as receitas e as despesas devam ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrer, sempre simultaneamente ao se correlacionarem, independentemente do recebimento da receita ou do pagamento da despesa.

Para **exemplificar** o efeito do atendimento a este princípio, vamos supor que a empresa, efetue em dezembro de 2006 uma venda a prazo, no valor de R\$ 10.000,00 para recebimento em fevereiro de 2007, e que a única despesa da empresa seja com salários, no valor de R\$ 2.000,00 que serão pagos também em janeiro de 2007.

Com base nestes dados teríamos:

Balanço Patrimonial

Ativo	31/12/2006	Passivo	31/12/2006
Duplicatas a receber	R\$10.000,00	Salários a pagar	R\$2.000,00
		Lucro do período	R\$8.000,00

**Demonstração do Resultado do Exercício
Dezembro de 2006**

Receita	R\$10.000,00
Despesas	R\$ 2.000,00
Lucro do período	R\$ 8.000,00

A empresa teve um lucro de R\$ 8.000,00, contudo não houve entrada ou saída de recursos financeiros em 2006. O que procuramos destacar é que ter lucro não significa ter dinheiro. Outro aspecto importante é que, mesmo tendo lucro, mesmo tendo liquidez corrente e capital circulante líquido positivo (o ativo circulante é maior que o passivo circulante), a empresa terá problemas de fluxo de caixa no início de 2007, pois as despesas deverão ser pagas antes do recebimento das duplicatas.

44

A elaboração de uma demonstração à parte dos fluxos de caixa e sua análise justifica-se:

- por sua importância para a administração, uma vez que permite identificar e antecipar problemas de liquidez, possibilitando atuar com maior segurança e no momento adequado para evitá-los.
- por permitir identificar e corrigir decisões equivocadas quanto à utilização de excedentes de caixa ou à tomada de recursos de terceiros.
- por serem as demais demonstrações baseadas no regime de competência, segundo o qual as receitas e despesas são registradas quando são geradas, independente do seu recebimento ou pagamento, não permitem visualizar com clareza os fluxos monetários ocorridos.
- pelo fato de a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, que poderia suprir as necessidades de informações sobre os fluxos de caixa, embora útil, não considerar todos os elementos necessários à análise e decisão e não é apresentada de forma satisfatória para a análise dos fluxos de caixa.

Regime de competência

Regime de competência é um princípio contábil, que deve ser, na prática, estendido a qualquer alteração patrimonial, independentemente de sua natureza e origem.

45

4 - COMPARAÇÃO ENTRE DRE E A DFC

DRE – Demonstração do Resultado do Exercício X **DFC** – Demonstração do Fluxo de Caixa ou DRE X DFC

Balanço Patrimonial

ATIVO	2002	2003	PASSIVO	2002	2003
Circulante	300.000	260.700	Circulante	190.000	82.377
Disponível	200.000	62.200	Fornecedores	140.000	20.000
Duplicatas a Receber	22.500	90.000	Participações a pagar	6.800	1.623
Provisão para crédito de liq. duvid.	-2.500	-3.000	Imposto de Renda a pagar	3.200	2.880
Estoques	80.000	96.000	Salários a pagar	30.000	5.000
Seguros pagos antecipadamente	0	7.500	Dividendos a pagar	10.000	874
Empréstimo a coligada	0	8.000	Fretes a pagar	-	12.000
			Financiamentos	0	40.000
Realizável a Longo Prazo	20.000	12.000	Exigível a Longo Prazo	90.000	50.000
Empréstimo a coligada	20.000	12.000	Financiamento	90.000	50.000
Permanente	290.000	238.000	Patrimônio Líquido	330.000	428.323
Investimento	130.000	125.000	Capital Social	266.000	306.000
Participações em coligadas	130.000	125.000	Reserva Legal	18.000	18.460
Imobilizado	160.000	113.000	Lucros Acumulados	46.000	53.863
Veículos	42.000				
(-) depreciação acumulada	-10.000				
Equipamentos	150.000	150.000			
(-) depreciação acumulada	-22.000	-37.000			
TOTAL	610.000	510.700	TOTAL	610.000	510.700

Demonstração do Resultado do Exercício (R\$)

	Receita Líquida		157.200
(-)	Custo da Mercadoria Vendida		(70.000)
=	Lucro Bruto		87.200
(-)	Despesas Operacionais		(71.500)
	Administrativas		(47.500)
	Salários	(25.000)	

	Seguros	(7.500)	
	Depreciação	(15.000)	
	Financeiras		(4.000)
	juros	(4.000)	
	Vendas		(15.000)
	Fretes	(12.000)	
	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.000)	
	Outras Despesas Operacionais		(5.000)
	Perda com equivalência patrimonial	(5.000)	
=	Resultado Operacional		15.700
(+/-)	Resultado não operacional		(2.000)
=	Lucro Antes do Imposto de Renda		13.700
(-)	Provisão para Imposto de Renda		(2.880)
=	Lucro depois do Imposto de Renda		10.820
(-)	Participações		(1.623)
=	Lucro Líquido		9.197

Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados

Saldo de Lucros Acumulados em 31-12-02		46.000
(+) Lucro Líquido do Exercício de 2003		9.197
= Lucro Total Disponível		55.197
(-) Proposta da Administração para destinação do lucro		(1.334)
Reserva Legal	(460)	
Dividendos propostos	(874)	
Saldo de Lucros Acumulados em 31-12-03		53.863

Notas Explicativas:

O Resultado não Operacional refere-se à alienação de itens do ativo permanente.

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR)

1.	Capital Circulante Líquido no início de 2003		110.000
2.	Origens de Capital Circulante Líquido em 2003		109.197
2.1	Das Operações	31.197	
	Lucro Líquido do Exercício	9.197	
	(+) Depreciação	15.000	
	(+) Perda com equivalência patrimonial	5.000	
	(+) Resultado não operacional	2.000	
2.2	Dos Acionistas	40.000	

Integralização de Capital Social em dinheiro		40.000	
2.3	De terceiros	38.000	
Transferência para curto prazo de empréstimos a coligadas		8.000	
Alienação de veículos		30.000	
3.	Aplicações de Capital Circulante Líquido em 2003		40.874
Transferência para curto prazo de financiamento		40.000	
Dividendos propostos		874	
4.	Capital Circulante Líquido ao final de 2003		178.323
	Variação do CCL	2.002	2.003
	Ativo Circulante	300.000	260.700
	Passivo Circulante	190.000	82.377
	Capital Circulante Líquido	110.000	178.323
	Variação do CCL	68.323	
	Origens de CCL		109.197
	Aplicações de CCL		40.874
	Variação do CCL		68.323

46

Demonstração do Fluxo de Caixa	
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(197.800)
Recebimento de duplicatas/vendas	87.200
Pagamento de fornecedores/compra de estoque	(206.000)
Pagamento de salários	(50.000)
Pagamento de seguros	(15.000)
Pagamento de juros	(4.000)
Pagamento de imposto de renda	(3.200)
Pagamento de participações	(6.800)
Caixa Líquido das Atividades Investimentos	30.000
Alienação de veículos	30.000
Caixa Líquido das Atividades Financiamentos	30.000
Pagamento de dividendos	(10.000)
Integralização de capital social	40.000
Variação no disponível	(137.800)

Na DRE constatamos um lucro de R\$ 9.197, contudo a variação do disponível foi de – R\$ 137.800,00 (R\$ 200.000,00 – R\$ 62.200,00). Se aprofundarmos a análise verifica na DOAR que houve um aumento no Capital Circulante Líquido (AC – PC) de R\$68.323,00.

A empresa teve lucro, aumento de CCL e redução no saldo de caixa. Como?

Analisando a DFC temos que as atividades operacionais consumiram caixa no valor de R\$ 197.800,00 apesar do lucro apurado na DRE.

Temos que a empresa recebeu das vendas o valor de R\$ 87.200,00 e pagou aos fornecedores R\$ 206.000,00. Provavelmente, a empresa aumentou as vendas por meio de incentivo de vendas a prazo e não conseguiu negociar com os fornecedores um prazo maior para pagamento.

A empresa obteve, ainda, recursos com a venda de veículos e com a integralização de capital social.

O aumento do CCL ocorreu, principalmente, devido ao aumento das duplicatas a receber, o que reforça o aumento nas vendas a prazo. A empresa manteve, ainda, um elevado saldo na conta estoques, o que pode indicar uma política errada em relação ao giro.

47

RESUMO

A DFC é obrigatória para as empresas que negociam suas ações em Bolsa (Capital Aberto) e para as S/A de Capital Fechado que tenham o Patrimônio Líquido superior a R\$2.000.000 (dois milhões de reais).

A DFC é de grande importância para fins gerenciais e pode ser construída a partir dos dados contidos em outras demonstrações.

Analisar os fluxos de caixa de uma entidade significa identificar os fatores que contribuíram para o aumento ou diminuição dos seus recursos financeiros.





Entende-se por caixa todas as disponibilidades financeiras da organização, incluído o dinheiro depositado em banco e as aplicações financeiras imediatamente resgatáveis.

Essa análise permite extrair conclusões quanto à (às) : a) capacidade da organização de gerar recursos para financiar suas operações (compras, vendas, produção) com recursos próprios; b) capacidade da organização de gerar recursos para amortizar suas dívidas e honrar os compromissos delas decorrentes (juros etc.); c) capacidade da organização de gerar recursos para remunerar seus proprietários; d) capacidade da organização de gerar recursos para realizar investimentos com recursos próprios; e) aplicação dos excedentes de caixa gerados pelas operações e os recursos obtidos de terceiros ou dos

proprietários; f) fontes de recursos utilizadas para cobrir insuficiências de caixa, incluídos os recursos de terceiros, aportes de capital dos proprietários e receitas não operacionais, quando os recursos gerados pelas operações não se mostram suficientes.

Na elaboração do fluxo de caixa as entradas e saídas de recursos são separadas em atividades: operacionais, investimentos e financiamentos.

A variação dos ativos/passivos não circulantes provoca a seguinte alteração no caixa:

Aumento do Ativo (compra)		Redução do Caixa
Redução do Ativo (venda)		Aumento do Caixa
Aumento do Passivo (obtenção de empréstimo)		Aumento do Caixa
Redução do Passivo (pagamento de empréstimo)		Redução do Caixa

A falta de geração de caixa em volume suficiente para financiar as operações de uma empresa é o que tem levado muitas empresas ao processo de falência, com a ressalva de que nem sempre uma empresa lucrativa consegue gerar caixa.

Na apuração do lucro, pela Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, as receitas e despesas são contabilizadas pela ocorrência do fato gerador (regime de competência do exercício), independentemente do recebimento das receitas e do pagamento das despesas.

Desta forma, ter lucro não implica em ter dinheiro.

Na DFC, aplicamos o regime de caixa em substituição ao regime de competência, verificando as entradas e saídas de recursos financeiros.

Ao contrário da DOAR, que demonstra a totalidade de variações ocorridas ao longo do exercício, a DFC objetiva identificar apenas as modificações que ocorreram na posição financeira das empresas no curtíssimo prazo.

Conforme Marion (2003, p.427), a “... DFC propicia ao gerente financeiro a elaboração de melhor planejamento financeiro, pois numa economia tipicamente inflacionária ao é aconselhável excesso de Caixa, mas o estritamente necessário para fazer face a seus compromissos. Por meio do planejamento financeiro o gerente saberá o momento certo que contrairá empréstimos para cobrir a falta (insuficiência) de fundos, bem como quando aplicar no mercado financeiro o excesso de dinheiro, evitando, assim, a corrosão inflacionária e proporcionando maior rendimento à empresa”.

Na elaboração da DFC as entradas/saídas de caixa são segregadas em atividades: os operacionais, de financiamentos e de investimentos.

UNIDADE 1 – ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

MÓDULO 6 - ANÁLISE VERTICAL

1 - MÉTODO DE ANÁLISE VERTICAL

Este tipo de análise vertical tem como objetivo detalhar as demonstrações financeiras, ressaltando por meio de cálculos percentuais a participação de cada conta dentro de um total.

Demonstra a importância de cada conta em relação à demonstração financeira a que pertence e, por meio da comparação com padrões do ramo ou com percentuais da própria empresa em anos anteriores, permite inferir se há itens fora das proporções normais.

A Análise Vertical quando aplicada ao Balanço Patrimonial busca evidenciar o percentual de cada conta em relação ao total do Ativo e do Passivo, ou seja, a real importância de cada grupo de conta no conjunto.

Dessa forma, irá indicar a estrutura do Ativo e do Passivo, bem como suas modificações.

O Balanço Patrimonial evidencia os recursos tomados (financiamentos/passivo) e as aplicações desses recursos (investimentos/ativo).

A Análise Vertical mostra, de um lado, qual a composição detalhada dos recursos tomados pela empresa, qual a participação dos capitais próprios e de terceiros, qual o percentual de capitais de terceiros a curto e a longo prazo, qual a participação de cada um dos itens de capitais de terceiros. De outro lado, a Análise Vertical mostra quanto por cento dos recursos totais foi destinado ao Ativo Circulante e quanto ao ativo não circulante (Realizável a Longo Prazo, investimentos, imobilizado e intangível).

A comparação dos percentuais da Análise Vertical da empresa com os de concorrentes permite saber se a alocação dos recursos no Ativo é típica ou não para aquele ramo de atividade. É sabido, por exemplo.

Ativo Circulante

A análise vertical mostra qual percentagem de investimentos foi destinada a cada um dos itens principais, como Estoques e Duplicatas a Receber.

Exemplo

Por exemplo, é sabido que no comércio é muito maior o investimento em Ativo Circulante do que em Ativo não circulante. Se uma empresa comercial apresentar maior

investimento em Ativo não circulante do que em Ativo Circulante é aconselhável investigar o porquê disso.

49

A análise do percentual de cada item do Ativo permite detectar a política de investimento da empresa em relação a estoques, duplicatas, imobilizado, enquanto no Passivo permite visualizar a política financeira de obtenção de recursos.



Vejamos um exemplo da Análise Vertical do Balanço

Balanço Patrimonial
Cia. Exemplo SA

Ativo	2005	AV	2006	AV	Passivo	2005	AV	2006	AV
Circulante	700	39%	2280	70%	Circulante	670	37%	1200	37%
Disponibilidades	220	12%	530	16%	Contas a pagar	200	11%	300	9%
Créditos	250	14%	1450	44%	Fornecedores	100	6%	500	15%
Estoques	200	11%	300	9%	Impostos, taxas e contribuições	120	7%	80	2%
Outros	30	2%		0%	Dividendos a pagar	250	14%	320	10%
Não Circulante	1.100	61%	1.000	30%	Não circulante	130	7%	530	16%
Realizável a Longo Prazo	400	22%	100	3%	Empréstimos e financiamentos	130	7%	530	16%
Investimentos	500	28%	300	9%	Patrimônio Líquido	1000	56%	1550	47%
Imobilizado	200	11%	600	18%	Capital Social Realizado	800	44%	1.200	36%
Intangível	-		-		Reservas de Lucro	200	11%	350	11%
Ativo Total	1.800	100%	3.280	100%	Passivo Total	1.800	100%	3.280	100%

Cálculo:

Cálculo:

Total do Ativo : 1.800

Total do circulante : 700

1.800 _____ 100%

 $x = \frac{700 * 100}{1.800}$ $x = 38,88\%$

700 _____ x%

111111.800

50

Da análise vertical do Balanço Patrimonial da Cia. Exemplo pode concluir que:

a) No Ativo, em 2005:

- As aplicações de recursos no ativo estão divididas, principalmente, entre o ativo circulante e o ativo não circulante investimentos, que representam, 39% e 28%, respectivamente, do ativo total da empresa;
- A empresa preferiu investir em outras empresas (28% dos seus recursos estão aplicados em investimentos e 22% dos recursos foram aplicados no realizável a longo prazo em empréstimos a estas empresas), do que em estoques que representam apenas 11% dos ativos totais;
- Os créditos referentes a vendas a prazo de mercadorias representam apenas 14% dos recursos totais da empresa.

b) No Ativo, em 2006:

- Nota-se uma alteração na estrutura do ativo da empresa, pois o ativo circulante, que em 2005 representava 39% dos recursos totais, em 2006 passa a representar 70%, com destaque para a conta Créditos (vendas a prazo) que passou a representar 44% dos recursos totais;
- Percebe-se, ainda, que a empresa investiu em imobilizado, pois estes passaram a representar 18% do total do ativo;
- Outra observação importante é o que diz respeito ao relacionamento com empresas ligadas (controladas/coligadas), pois foram reduzidos os investimentos nestas empresas, que agora representam apenas 9% do total do ativo, contra 28% do ano anterior.
- Ocorreu, ainda, o recebimento dos créditos com pessoas ligadas, que em 2006 representam 3% dos recursos totais, contra 22% no ano anterior.

c) No Passivo, em 2005:

- A empresa trabalhou com 44% de capital de terceiros (soma do passivo circulante com o exigível a longo prazo) e 56% de capital próprio (patrimônio líquido);
- Das dívidas exigíveis (capital de terceiros), a maior parte são dívidas de curto prazo.

- A maior origem de recursos para a empresa é proveniente dos proprietários (capital social) que representa 44% dos recursos totais.

d) No Passivo, em 2006:

- A empresa trabalhou com 53% de capital de terceiros (soma do passivo circulante com o exigível a longo prazo) e 47% de capital próprio (patrimônio líquido);
- Das dívidas exigíveis (capital de terceiros), a maior parte são dívidas de curto prazo;
- Percebe-se um aumento do endividamento de longo prazo, que passou a representar 16% dos recursos obtidos pela empresa;
- Destaca-se que apesar de perder representatividade (de 56% em 2005 para 47% em 2006) o capital próprio apresenta um aumento em valores absolutos (de R\$1.000,00 para R\$1.550,00). Este fato ocorreu em função de o capital de terceiros ter aumentado em maior proporção do que o capital próprio.

51

2 - ANÁLISE VERTICAL DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Análise Vertical atinge seu ponto máximo de utilidade quando aplicada à Demonstração do Resultado do Exercício, pois permite analisar em detalhes o desempenho da empresa.

Toda a atividade de uma empresa gira em torno das vendas. São elas que devem determinar o que a empresa pode consumir em cada item de despesa. Por isso, na Análise Vertical da Demonstração do Resultado, as vendas são igualadas a 100%, e todos os demais itens têm seu percentual calculado em relação às Vendas. Com isso, cada item de despesa da Demonstração do Resultado do Exercício pode ser controlado em função do seu percentual em relação a Vendas.

Esse controle é extremamente importante quando se lembra que o percentual de lucro líquido em relação a Vendas costuma ser muito pequeno (de 5% a 10% para as atividades comerciais e industriais. Já para as empresas que prestam serviços, a lucratividade média costuma ser de 15% a 20%). Por isso, o aumento percentual de qualquer item da Demonstração do Resultado em relação a Vendas é indesejável. Há empresas que controlam rigorosamente esses percentuais, não permitindo que ultrapassem metas.

52

Na análise vertical da DRE calcula-se o percentual de cada conta em relação às vendas. Obviamente, o valor das vendas é igualado a 100%, conforme o exemplo que segue:

Demonstração do Resultado do Exercício de 2006
Cia. Exemplo S/A

Demonstração do Resultado do Exercício	2005	AV	2006	AV
Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	1.000	100%	1.500	100%
(-) Deduções da Receita Bruta				0%
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	1.000	100%	1.500	100%
(-) Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	-400	-40%	-700	-47%
Resultado Bruto	600	60%	800	53%
Despesas/Receitas Operacionais	-290	-29%	-300	-20%
Com Vendas	-150	-15%	-200	-13%
Gerais e Administrativas	-80	-8%	-70	-5%
Financeiras	-60	-6%	-30	-2%
Resultado Operacional	310	31%	500	33%
Resultado Não Operacional	-5	-0,5%	50	3%
Receitas	65	6,5%	-	-
Despesas	-70	-7%		3%
Resultado Antes da Tributação/Participações	305	31%	550	37%
Provisão para IR e Contribuição Social	-100	-10%	-80	-5%
Lucro/Prejuízo do Exercício	205	21%	470	31%

Cálculo:

Cálculo:			
Total das Vendas : \$1.000			
Total das despesas : \$290			
\$1.000	_____	100%	
\$290	_____	x%	
			$x = \frac{\$290 \cdot 100}{\$1.000}$
			$x = 29\%$

53

Análise vertical da demonstração do resultado do Exercício da Cia. Exemplo S/A, pode observar que:

a) em 2005:

- Para uma receita bruta de venda de \$1.000, a empresa tem um lucro líquido de \$205, ou seja, um lucro de aproximadamente 21% (20,5%) sobre o valor das vendas efetuadas;

- O Custo da Mercadoria Vendida (quanto custou para a empresa o produto/serviço que ela vendeu por \$1.000), consome 40% do total de sua receita bruta;
- As despesas operacionais consomem 29% do valor das vendas, com ênfase das despesas com vendas (15%);
- O imposto de renda e as contribuições sociais consumiram 10% da receita de vendas da empresa;

b) em 2006:

- Para uma receita bruta de venda de R\$1.500,00 a empresa tem um lucro líquido de R\$ 470, 00, ou seja, um lucro de 31% sobre o valor das vendas efetuadas;
- O Custo da Mercadoria Vendida (quanto custou para a empresa o produto/serviço que ela vendeu por R\$1.500,00), consome 47% do total de sua receita bruta; isto faz que o lucro bruto, que era de 60% em 2005, caia para 53% em 2006;
- As despesas operacionais que consumiam 29% em 2005, representam agora 20% do valor das vendas, com ênfase, ainda, nas despesas com vendas (13%);
- O imposto de renda e as contribuições sociais consumiram 5% da receita de vendas da empresa.

54

RESUMO

A análise vertical tem o objetivo de detalhar as demonstrações financeiras, ressaltando mediante cálculos percentuais a participação de cada conta dentro de um total.

Quando aplicada ao Balanço Patrimonial, a análise vertical busca evidenciar o percentual de cada conta em relação ao total do Ativo e do Passivo, ou seja, a real importância de cada grupo de conta no conjunto. Dessa forma, irá indicar a estrutura do Ativo e do Passivo, bem como suas modificações.

O balanço evidencia os recursos tomados (financiamentos) e as aplicações desses recursos (investimentos). A Análise Vertical mostra, de um lado, qual a composição detalhada dos recursos tomados pela empresa, qual a participação dos capitais próprios e de terceiros, qual o percentual de capitais de terceiros a curto e a longo prazo, qual a participação de cada um dos itens de capitais de terceiros. De outro lado, a Análise Vertical mostra quanto por cento dos recursos totais foi destinado ao Ativo Circulante, quanto ao Realizável a Longo Prazo e quanto ao Ativo Permanente.

Quando aplicada, a DRE evidencia o percentual de receita consumido pelo Custo da Mercadoria Vendida, pelas despesas, e quanto sobra de lucro para a empresa.

A análise encadeada utiliza-se das variações ocorridas em relação ao ano (exercício) tomado como base, não em relação ao ano anterior.

55

UNIDADE 1 – ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

MÓDULO 7- ANÁLISE HORIZONTAL

1 - ANÁLISE HORIZONTAL

A evolução de cada conta mostra os caminhos trilhados pela empresa e as possíveis tendências. Fundamenta-se na evolução de cada conta de uma série de demonstrações financeiras em relação à demonstração anterior e/ou em relação a uma demonstração financeira básica, geralmente a mais antiga da série.

Análise Horizontal do Balanço Patrimonial tem como finalidade mostrar a evolução de cada conta das demonstrações financeiras e, pela comparação entre estas, permitir tirar conclusões sobre a evolução da empresa.

Quando aplicada ao Balanço Patrimonial, a Análise Horizontal procura indicar a variação ocorrida em cada uma das contas.

A análise horizontal do Balanço mostra a que itens do Ativo a empresa vem dando ênfase na alocação de seus recursos e, comparativamente, quais recursos adicionais vem utilizando. Por exemplo.

É interessante, na Análise Horizontal do balanço, observar comparativamente os seguintes itens:

- Crescimento dos totais do Ativo Imobilizado e Circulante e de cada um dos seus principais componentes;
- Crescimento do Patrimônio Líquido comparativamente ao do Exigível total;
- Crescimento do Patrimônio Líquido mais Exigível a Longo Prazo comparativamente ao crescimento do Ativo Não Circulante;
- Crescimento do Ativo Circulante em comparação com o crescimento do Passivo Circulante;
- Verificação de quanto cada balanço da série contribui para a variação final obtida entre o primeiro e o último balanço.

Por exemplo

A Análise Horizontal pode mostrar, por exemplo, que a empresa investe prioritariamente em bens do Ativo Imobilizado e que o principal incremento de recursos se verifica no Passivo Circulante; disto se conclui que a empresa tomou financiamentos de curto prazo para investir no Ativo Imobilizado.

O quadro seguinte ilustra esse procedimento, tanto para análise da composição do total do ativo e do passivo, como da composição de cada um dos principais grupos do ativo e do passivo.

Balanço Patrimonial
Cia. Exemplo S/A

Ativo	2005	2006	AH	Passivo	2005	2006	AH
Circulante	700	2280	226%	Circulante	670	1200	79%
Disponibilidades	220	530	141%	Contas a pagar	200	300	50%
Créditos	250	1450	480%	Fornecedores	100	500	400%
Estoques	200	300	50%	Impostos, taxas e contribuições	120	80	-33%
Outros	30	-	100%	Dividendos a pagar	250	320	28%
Não Circulante	1100	100	-9%	Não Circulante	130	530	308%
Realizável a Longo Prazo	400	100	-75%	Empréstimos e financiamentos	130	530	308%
Investimentos	500	300	-40%	Patrimônio Líquido	1000	1.550	55%
Imobilizado	200	600	200%	Capital Social Realizado	800	1.200	50%
Intangível	-	-		Reservas de Lucro	200	350	75%
Ativo Total	1.800	3.280	82%	Passivo Total	1.800	3.280	82%

Cálculo:

Por meio da análise horizontal do balanço patrimonial observa-se que o ativo circulante apresentou um crescimento de 226%, provocado principalmente pela variação da conta créditos (vendas a prazo), que apresenta um crescimento de 480%. Houve uma redução de 75% no ativo realizável a longo prazo e um aumento de 200% no ativo imobilizado.

Verifica-se, ainda, uma redução de 40% nos investimentos.

Em relação ao passivo, verificamos um aumento de 55% no capital próprio, de 79% no capital de terceiros de curto prazo e de 308% no capital de terceiros de longo prazo.

Em relação ao capital de terceiros de curto prazo, ressalta-se o aumento da conta de fornecedores de 400%.

Cálculo

Cálculo Ativo Circulante (2006) – Ativo Circulante (2005) =

$$= \$2.280 - \$700 = \$1580$$

$$\frac{\$700}{\$1580} \times 100\%$$

$$\frac{\$1580}{\$700} \times 100\%$$

$$x = \frac{\$1580 * 100}{\$700} = 226\%$$

57

Análise Horizontal da Demonstração do Resultado do Exercício
Cia. Exemplo S/A

Demonstração de Resultado do Exercício	2005	2006	AH
Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	1.000	1.500	50%
(-) Deduções da Receita Bruta	-	-	
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	1.000	1.500	50%
(-) Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	-400	-700	75%
Resultado Bruto	600	800	33%
Despesas/Receitas Operacionais	-290	-300	3%
Com Vendas	-150	-200	33%
Gerais e Administrativas	-80	-70	-13%
Financeiras	-60	-30	-50%
Resultado Operacional	310	500	61%
Resultado Não Operacional	-5	50	1100%
Receitas	65	50	-23%
Despesas	-70		-100%
Resultado Antes da Tributação/Participações	305	550	80%
Provisão para IR e Contribuição Social	-100	-80	-20%
Lucro/Prejuízo do Exercício	205	470	129%

Cálculo:

Houve um aumento de 50% na Receita Bruta e um aumento mais do que proporcional no lucro líquido (129%).

Cálculo

Cálculo Vendas (2006) – Vendas (2005) = \$1.500 – \$1.000 = \$500

\$1.000 _____ 100%

\$500 _____ x %

$$x = \frac{\$500 * 100}{\$1000} = 50\%$$

58

Pergunta-se: Como vendemos 50% a mais e nosso lucro aumenta 129%? Destacamos inicialmente que, para vender 50% a mais, houve um aumento de 75% no custo da mercadoria vendida. Este fato ocasionou que o lucro bruto aumentasse apenas 33%.



Contudo, as despesas operacionais apresentaram um crescimento de apenas 3%, destacando-se a redução de 13% nas despesas gerais e administrativas e de 50% nas despesas financeiras.

É importante observar que apesar da grande variação percentual da conta resultado não operacional (1.100%), seu valor absoluto em reais era muito pequeno (na análise vertical vimos que ele representa menos de 1% do total da receita bruta).

59

Análise Conjunta: Horizontal e Vertical
Cia. Exemplo S/A

Ativo	2005	AV	2006	AV	AH	Passivo	2005	AV	2006	AV	AH
Circulante	700	39%	2280	70%	226%	Passivo Circulante	670	37%	1200	37%	79%
Disponibilidades	220	12%	530	16%	141%	Contas a pagar	200	11%	300	9%	50%
Créditos	250	14%	1450	44%	480%	Fornecedores	100	6%	500	15%	400%
Estoques	200	11%	300	9%	50%	Impostos, taxas e contribuições	120	7%	80	2%	-33%
Outros	30	2%		0%	- 100%	Dividendos a pagar	250	14%	320	10%	28%
Não Circulante	1100	61%	1000	30%	-9%	Não Circulante	130	7%	530	16%	308%
Realizável a Longo Prazo	400	22%	100	3%	-75%	Empréstimos e financiamentos	130	7%	530	16%	308%
Investimentos	500	28%	300	9%	-40%	Patrimônio Líquido	1000	56%	1.550	47%	55%
Imobilizado	200	11%	600	18%	200%	Capital Social Realizado	800	44%	1.200	37%	50%
Intangível	-	-	-	-	-	Reservas de Lucro	200	11%	350	11%	75%
Ativo Total	1.800	100%	3.280	100%	82%	Passivo Total	1.800	100%	3.280	100%	82%

60

Demonstração do Resultado do Exercício
Cia. Exemplo S/A

Demonstração do Resultado do Exercício	2005	AV	2006	AV	AH
Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	1.000	100%	1.500	100%	50%
(-) Deduções da Receita Bruta	-		-		
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	1.000	100%	1.500	100%	50%
(-) Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	-400	-40%	-700	-47%	75%
Resultado Bruto	600	60%	800	53%	33%
Despesas/Receitas Operacionais	-290	-29%	-300	-20%	3%
Com Vendas	-150	-15%	-200	-13%	33%
Gerais e Administrativas	-80	-8%	-70	-5%	-13%
Financeiras	-60	-6%	-30	-2%	-50%

Resultado Operacional	310	31%	500	33%	61%
Resultado Não Operacional	-5	-0,5%	50	3%	1100%
Receitas	65	6,5%	90	6%	38%
Despesas	-70	-7%	-40	-3%	-43%
Resultado Antes da Tributação/Participações	305	31%	550	37%	80%
Provisão para IR e Contribuição Social	-100	-10%	-80	-5%	-20%
Lucro/Prejuízo do Exercício	205	21%	470	31%	129%

61

2 - CONCLUSÕES DA ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL

O ativo total da empresa cresceu 82%, de 31/12/05 para 31/12/06, em termos reais. Esse crescimento deveu-se, principalmente, ao Ativo Circulante que teve expansão de 226%. O Ativo não circulante apresenta um decréscimo de 9%. O Ativo Realizável a Longo Prazo apresentou um decréscimo de 75% e o imobilizado um aumento de 200%.

Dessa forma, alterou-se a estrutura de ativo da empresa. Em 2005, 39% dos recursos achavam-se investidos no Ativo Circulante, 61% no ativo não circulante, sendo que 28% em investimentos e 11% no imobilizado. O Ativo Realizável a Longo Prazo representava 22% do ativo total. Em 2006, 70% dos recursos achavam-se investidos no Ativo Circulante, 18% no Ativo imobilizado, e apenas 3% no Ativo Realizável a Longo Prazo.

Os **Capitais de Terceiros**, que representavam 44% dos recursos totais em 2005, passam a representar 53% em 2006, tendo ocorrido um crescimento de 79% nas dívidas de curto prazo e de 308% nas dívidas de Longo Prazo. O Patrimônio Líquido (capital próprio), que fornecia 56% dos recursos em 2005, caiu para 47% em 2006, apesar do crescimento real de 55%.

Tendo o **Passivo Circulante** crescido menos que o **Ativo Circulante**, a empresa financiou parte deste último com Exigível a Longo Prazo e com Capital Próprio (o que, diga-se de passagem, é correto).

Outro aspecto que se destaca é a alteração havida em Fornecedores. Essa foi a principal fonte de recursos de curto prazo da empresa.

Fornecedores

Em 2005 os “Fornecedores” não financiavam totalmente os Estoques. Em 2005 a empresa tinha uma dívida com os fornecedores de \$100 para um estoque de \$200. O percentual de “Fornecedores sobre o Passivo Total passou de 6% para 15%, enquanto que os estoques passaram de 11% para 9%. Podemos afirmar que os fornecedores, em 2005, cobriam apenas metade dos estoques mantidos pela empresa.” Essa alteração é favorável, pois, normalmente, “fornecedores” representam uma fonte estável de recursos e frequentemente mais barata.

62

Em resumo, a empresa investiu maciçamente no Ativo Circulante, principalmente pelo aumento dos créditos a receber e investiu no Ativo Imobilizado, reduzindo os valores a receber a longo prazo e os investimentos em outras empresas.

Financiou essa expansão com Capitais de Terceiros e com Capital Próprio. A situação financeira não ficou sacrificada em virtude de a empresa ter-se valido de Exigíveis a Longo Prazo e, tendo o Passivo Circulante crescido menos do que o Ativo Circulante, a empresa aumentou sua folga financeira de curto prazo (capital circulante líquido).

As vendas apresentaram expansão de 50%, a empresa vendeu mais a prazo (aumento dos créditos a receber de 480%). A empresa teve um desempenho ruim no Custo dos Produtos Vendidos, os quais passaram de 40% para 47% de absorção das vendas. Com isso, o Lucro Bruto que representava 60% das vendas caiu para 53%. Esse decréscimo de 7 pontos percentuais é extremamente significativo diante do fato de o Lucro Líquido representar 21% das vendas em 2005. Se tudo o mais se mantivesse constante, a empresa iria alcançar a percentagem de 14% de Lucro Líquido sobre as Vendas em 2006.

Contudo, pode ser observado que o lucro líquido passou para 31%. Como?

Felizmente para a empresa, porém, suas despesas operacionais que consumiam 29% da receita bruta em 2005, consomem apenas 20% em 2006, apresentando em valores absolutos um aumento de apenas 3%. Ressalta-se a redução das despesas financeiras que tiveram uma queda de 50%. Essas despesas que consumiram 6% da receita em 2005 passaram a consumir 2% em 2006. Ao final, o percentual de Lucro Líquido/Vendas cresceu para 31%.

Para um aumento de 50% nas vendas, a empresa apresenta um aumento de 129% no lucro líquido. Vejamos uma DOAR simplificada.

DOAR simplificada

Capital Circulante Líquido ao final de 2005 = R\$700 – \$670 = \$30

Capital Circulante Líquido ao final de 2006 = R\$2.280 – \$1.200 = \$1080

Variação do Capital Circulante Líquido = R\$1.050

Origens de Recursos

Redução do Ativo Realizável a Longo Prazo = R\$300

Redução do Ativo Investimentos = R\$ 200

Aumento do Passivo Não Circulante = R\$400

Aumento do Patrimônio Líquido = R\$550

Total das Origens = R\$1.450

Aplicações de Recursos

Aumento do Ativo Imobilizado = R\$400

Total das Aplicações = R\$400

Variação do CCL (origens – aplicações) = R\$1.450 – R\$400 = R\$1.050

63

RESUMO

Na análise horizontal, a evolução de cada conta mostra os caminhos trilhados pela empresa e as possíveis tendências. Baseia-se na evolução de cada conta de uma série de demonstrações financeiras em relação à demonstração anterior e/ou em relação a uma demonstração financeira básica, geralmente a mais antiga da série.

Quando aplicada ao Balanço Patrimonial, a Análise Horizontal procura indicar a estrutura de Ativo e Passivo, bem como suas modificações.

A análise horizontal do Balanço mostra a que itens do Ativo a empresa vem dando ênfase na alocação de seus recursos e, comparativamente, quais recursos adicionais vem utilizando.

Quando aplicada, a Demonstração do Resultado do Exercício tem a finalidade de verificar se a variação ocorrida no lucro líquido é compatível com a variação ocorrida na receita de vendas. Se a empresa vender 100% a mais que no ano anterior, espera-se que seu lucro tenha o mesmo crescimento, contudo pode ocorrer um aumento de custos ou despesas mais do que proporcional à variação da venda, gerando uma redução no lucro líquido apesar de um aumento nas vendas.

64

UNIDADE 1 – ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

MÓDULO 8- ÍNDICES DE LIQUIDEZ E ENDIVIDAMENTO

1 - SITUAÇÃO FINANCEIRA: ATIVO CIRCULANTE X PASSIVO CIRCULANTE

O Ativo Circulante (AC) também é conhecido como Ativo Corrente ou Capital de Giro.

Evidentemente, o desejável seria que o Ativo Circulante (AC) fosse sempre maior que o Passivo Circulante. Enquanto o segundo significa obrigações a pagar, o primeiro significa dinheiro (caixa e bancos) e valores que se transformarão em dinheiro (Duplicatas a Receber e Estoques)

Muitas vezes, mesmo que o AC seja maior que o PC, a empresa encontra dificuldades de pagamento das suas obrigações, isto porque as dívidas estão vencendo com rapidez maior do que os valores que se transformarão em dinheiro. Isto é, os recebimentos da empresa ocorrem de forma mais lenta que os vencimentos das Contas a Pagar.

Quando ocorre este fato, a empresa recorre a empréstimos, descontos de duplicatas etc., no sentido de reforçar seu caixa para cobrir seus compromissos em vencimento. Em outras palavras, a empresa recorre a Capital de Giro.

Capital Circulante Líquido (CCL) - Ativo Circulante menos Passivo Circulante. Evidencia o Capital Circulante Líquido, ou seja, a parte do Ativo Circulante que não está comprometida com o Passivo Circulante. A variação do CCL é evidenciada na Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR).

O CCL é também conhecido como Capital de Giro Próprio (CGP).

Quanto maior for o CCL maior será a flexibilidade financeira da empresa.

A análise da capacidade de pagamento interessa particularmente aos credores em curto prazo da entidade. É o principal fator a ser considerado quando se trata de efetuar um empréstimo em curto prazo ou um desconto de duplicatas ou de conceder prazos para pagamento.

A possibilidade de obter informações mais detalhadas para o empréstimo de recursos ou para a concessão de prazos para pagamento depende do porte da entidade solicitante e do volume de recursos envolvidos.

Nem sempre os fornecedores têm condições de exigir a apresentação de balancetes e outros demonstrativos considerados necessários para uma análise prévia aprofundada. Muito menos possíveis investidores particulares ou concorrentes poderiam fazer tal tipo de solicitação.

Além disso, nem todas as organizações são de capital aberto, o que as obrigaria a disponibilizar determinadas informações. Outras não possuem porte que justifique o interesse de instituições especializadas nas peculiaridades de seus negócios.

Em qualquer caso, no entanto, as demonstrações financeiras são o ponto de partida para o conhecimento da capacidade de pagamento de uma organização, seja qual for o seu porte ou ramo de negócios.

65

Índices de liquidez - Os índices de liquidez não medem com exatidão matemática a capacidade de pagamento da entidade, pois, como vimos anteriormente, receitas não são entradas de caixa. Para isso, teríamos que ter uma previsão exata dos fluxos de caixa.

Além disso, não existe uma correspondência perfeita entre os prazos de recebimento e de pagamento dos diversos elementos do ativo e do passivo circulante, ainda que desconsiderada a possibilidade de atrasos e inadimplências.

No entanto, tais índices, combinados com outros, que veremos adiante, são indicadores bastante seguros da capacidade de pagamento.

Dependendo das circunstâncias, como volume e prazos envolvidos, a avaliação da liquidez pode ser mais ou menos rigorosa.

Quatro índices são habitualmente utilizados para a avaliação da liquidez:

- a) índice de liquidez imediata;
- b) índice de liquidez corrente;
- c) índice de liquidez seco;
- d) índice de liquidez geral.

a) Índice de liquidez imediata - é também chamado índice de liquidez instantânea resulta da divisão das disponibilidades da organização (caixa, bancos, aplicações financeiras resgatáveis a qualquer tempo) pelas suas obrigações vencíveis em curto prazo (passivo circulante, devidamente ajustado):

$$\text{Disponibilidades} \div \text{Passivo Circulante}$$

Não seria razoável exigir de uma organização que disponha de recursos para pagar hoje todas as suas dívidas, sabendo-se que o seu vencimento se estende pelo período de um ano. Não se poderia sequer considerar que ela estava sendo bem administrada se assim procedesse.

Basear-se em índice tão severo para tomar decisões só se justificaria no caso de suspeita de que todos os que têm obrigações para com a entidade, em particular seus clientes, não poderiam honrar seus compromissos, o que de antemão desaconselharia qualquer negócio.

No entanto, é de se supor que toda entidade deva dispor de recursos para fazer face a despesas que ocorrem rotineiramente, algumas delas imprevistas, embora de valor não elevado, bem como para

enfrentar eventuais crises episódicas que impossibilitem o recebimento em dia daquilo que lhe é devido.

Esse índice permite assim, verificar a existência desse mínimo de recursos necessário para atender as eventualidades.



66

b) Índice de liquidez corrente - Este índice mostra quantas unidades monetárias a entidade tem a receber no curto prazo (ativo circulante), para cada unidade monetária que tem a pagar no mesmo período (passivo circulante). Resulta, pois, da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.

$$\text{Ativo Circulante} \div \text{Passivo Circulante}$$

Muito divulgado e considerado o melhor indicador da capacidade da organização de pagar suas dívidas em curto prazo, o índice de liquidez corrente exige do analista atenção para o fato de que, tanto no numerador (dividendo) como no denominador (divisor) estão agrupados valores com prazos de vencimento diferentes.



c) Índice de liquidez seco – os estoques, em princípio, têm a mais demorada conversibilidade em dinheiro, além de apresentarem também o menor grau de certeza quanto a sua conversibilidade. Este índice mede a dependência da empresa em relação à realização dos estoques. Utiliza-se este índice, bastante conservador, para avaliar a situação de liquidez das entidades com maior segurança.

Resulta também da divisão do ativo circulante, porém excluídos os estoques, pelo passivo circulante.

$$\frac{(\text{Ativo Circulante} - \text{estoque})}{\text{Passivo Circulante}}$$

Com esse procedimento elimina-se do ativo circulante o elemento de conversibilidade mais incerto e, ainda, cuja avaliação dá margem a dúvidas.



d) Índice de liquidez geral - este índice embora sofra restrições ainda maiores que o índice de liquidez corrente, face à grande variabilidade dos prazos de recebimento e pagamento, é o índice utilizado para avaliar a capacidade total de pagamento da organização em curto e longo prazo.

Em outras palavras, mostra quantas unidades monetárias ela tem a receber, em curto e longo prazo, para cada unidade monetária que tem a pagar, também em curto e longo prazo.

$$(AC + RLP) \div (PC + PNC)$$

Apesar da limitação apontada, o índice de liquidez geral mostra-se útil também por permitir identificar distorções no índice de liquidez corrente, provocadas por variações nos itens de longo prazo. Por exemplo, um excesso de liquidez ocasionado pela entrada de um grande volume de recursos no circulante, tendo como origem empréstimos a Longo prazo. Vejamos um exemplo:

68

Cia. Orga S/A
Balanço Patrimonial

Ativo	31/12/2006	Passivo	31/12/2006
Circulante	300	Circulante	120
Não Circulante	700	Não Circulante	480
Realizável a longo prazo	200	Exigível a longo prazo	480
Imobilizado	500	Patrimônio Líquido	400
Total	1.000	Total	1.000

Vamos supor que do **total do ativo circulante**, R\$10,00 sejam disponíveis, R\$190,00 sejam duplicatas a receber e R\$ 100,00 sejam estoques.

L I Q U I D E Z	Imediata	=	Disponível	=	\$10	=	\$0,08
			Passivo Circulante	=	\$120		
	Corrente	=	Ativo Circulante	=	\$300	=	\$2,50
			Passivo Circulante	=	\$120		
	Seco	=	Ativo Circulante - Estoques	=	\$300-\$100	=	\$1,67
			Passivo Circulante	=	\$120		
	Geral	=	AC + ARLP	=	\$300+\$200	=	\$0,83
			PC + PNC	=	\$120+\$480		

Da análise do quadro anterior, pode-se concluir que:

- a) a empresa possui R\$0,08 de recursos disponíveis para cada um real de dívida de curto prazo;
- b) a empresa possui R\$2,50 de recursos de curto prazo para cada R\$1,00 de dívida de curto prazo;
- c) a empresa possui R\$1,67 de recursos de curto prazo, independentemente dos estoques, para cada R\$1,00 de dívida de curto prazo;
- d) a empresa possui R\$0,83 de recursos de curto e longo prazo para cada R\$1,00 de dívidas de curto e longo prazo.

69**2 - Endividamento****a) Histórico e média de endividamento**

No primeiro número, em 1973, da Melhores e Maiores, publicada pela Revista Exame, o Capital de Terceiros utilizado para financiar o Ativo era de aproximadamente 30% (70% de Capital Próprio). Em menos de 10 anos a situação quase se inverteu: a empresa brasileira utilizava-se de mais de 60% de Capital de Terceiros para constituir o seu Ativo (menos de 40% de Capital Próprio).

A edição “Melhores e Maiores” da Revista Exame, 2002, apresenta uma média de endividamento das empresas brasileiras de 58%.

b) Considerações sobre o Ativo Imobilizado

O Ativo Imobilizado representa Bens e Diretos de uso da empresa. Por meio da utilização do Imobilizado e outros Ativos a empresa obtém lucro na sua atividade operacional.

O volume de aplicações no Imobilizado varia de empresa para empresa, de acordo com o seu ramo de atividade:

Indústrias, de maneira geral, possuem Imobilizado de valor alto, pois investem nos bens de produção. Empresas comerciais possuem Imobilizado de pequeno valor; seu investimento concentra-se, basicamente, na conta Estoque, no Ativo Circulante.

Outro aspecto importante é que o Imobilizado seja financiado pelo Patrimônio Líquido ou pelo Passivo Não Circulante (Exigível a Longo Prazo), nunca pelo Passivo Circulante.

c) Capital próprio X Capital de terceiros

A **Contabilidade** é um sistema de informação voltado principalmente para prover os usuários de informações para a tomada de decisão.

Sabe-se que o Ativo (aplicação de recursos) é financiado por Capitais de **Terceiros (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)** e por Capitais Próprios (Patrimônio Líquido). Portanto, Capitais de Terceiros e Capitais Próprios são fontes (origens) de recursos.

Ativo	Passivo
Circulante – realizável a longo prazo e permanente	Capital de terceiros
	Capital próprio
Aplicações de recursos	Origem de recursos

Um dos aspectos importantes do Passivo é avaliar a estrutura do Capital:

- Capital de Terceiros (PC + PNC); e
- Capital Próprio (PL).

Quanto maior for o Capital de terceiros, mais a empresa estará endividada (quantidade de dívida). Todavia, ao se analisar o Capital de Terceiros, detecta-se:

- O prazo da dívida;
- O custo da dívida; e
- Para quem se deve.

Capital de Terceiros e Capital Próprio são os indicadores do endividamento que nos informam se a empresa se utiliza mais de recursos de terceiros ou de recursos dos proprietários.

Revista Exame 2002

Razões da variação do nível de endividamento - Na década de 70, principalmente em função do grande desenvolvimento econômico do Brasil, as empresas se endividaram para ampliar seu potencial produtivo.

Na década de 80, vieram à recessão, os juros altos, a inflação desenfreada e o medo do empresário em se endividar. Como consequência os Ativos das empresas ficaram defasados, obsoletos, pois não foram renovados por falta de captação de recursos.

Normalmente, os países desenvolvidos possuem um endividamento (quantidade) até 60%, daí terem um Ativo competitivo, uma tecnologia de ponta.

70

d) Os **índices de endividamento**, usualmente expressos em porcentagens, permitem avaliar o quanto à organização depende de capitais de terceiros, bem como a distribuição de suas obrigações entre o curto e o longo prazo.

Os dois quocientes de grande utilidade para se avaliar a situação são:

- a) Grau de endividamento (quantidade de dívida); e
- b) Composição do endividamento (qualidade da dívida).

a) **Grau de endividamento** (quantidade de dívida) - as dívidas da empresa estão contabilizadas no passivo, sendo que o passivo se divide em capitais de terceiros e capitais próprios. Lembre-se de que o ativo total é igual ao passivo total.

No cálculo do grau de endividamento buscamos identificar se a empresa recorre a mais capital de terceiros ou capital próprio para financiar seu ativo.

Seu cálculo é feito da seguinte forma:

Grau de Endividamento	Capital de Terceiro	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
	Ativo Total	Ativo (passivo) Total

b) **Composição do endividamento** – O termo endividamento vem da palavra dívida. As dívidas da empresa são evidenciadas em seu passivo.

No tópico anterior, analisamos o “quanto” a empresa tem de dívidas, dividindo o passivo em capital de terceiros e capital próprio.

Vamos, agora, estudar a composição de endividamento. Neste estudo vamos nos preocupar apenas com as dívidas exigíveis (capital de terceiros), buscando identificar quanto da dívida é exigível no curto e quanto é exigível no longo prazo.

O cálculo é feito da seguinte forma:

Composição do Endividamento	Passivo Circulante
	Capital de Terceiro

Este quociente mostra a participação percentual dos compromissos em curto prazo no total do endividamento exigível.

Razões da variação do nível de endividamento - Na década de 70, principalmente em função do grande desenvolvimento econômico do Brasil, as empresas se endividaram para ampliar seu potencial produtivo.

Na década de 80, vieram à recessão, os juros altos, a inflação desenfreada e o medo do empresário em se endividar. Como consequência os Ativos das empresas ficaram defasados, obsoletos, pois não foram renovados por falta de captação de recursos.

Normalmente, os países desenvolvidos possuem um endividamento (quantidade) até 60%, daí terem um Ativo competitivo, uma tecnologia de ponta.

71

Obviamente, a diferença entre 100% e o percentual encontrado nos dirá qual a participação do Exigível a Longo Prazo no endividamento total. Vejamos um exemplo:

Cia. Orga S/A
Balanço Patrimonial

Ativo	31/12/2006	Passivo	31/12/2006
Circulante	300	Circulante	120
Não Circulante	700	Não Circulante	480
Realizável a longo prazo	200	Exigível a longo prazo	480
Imobilizado	500	Patrimônio Líquido	400
Total	1.000	Total	1.000

Temos um passivo total de R\$1.000,00 dividido entre R\$600,00 de capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante) e \$400 de capital próprio.

O capital de terceiros está dividido em R\$120,00 de dívidas de curto prazo e R\$480,00 de dívidas de longo prazo. Vejamos o **Quadro de Endividamento**.

Quadro de Endividamento

Endividamento					
Grau de endividamento			Composição do endividamento		
(quantidade de dívida)			(qual a composição da dívida exigível)		
31/12/2006	Valor	%	31/12/2006	Valor	%
Capital de Terceiro	\$600	60%	Passivo Circulante	\$120	20%
Capital Próprio	\$400	40%	Passivo Não Circulante	\$480	80%
Passivo Total	\$1.000		Capital de Terceiros	\$600	

Da análise do quadro acima, podemos concluir que:

a) 60% do ativo da empresa é financiado por capital de terceiros e 40% por capital próprio; e
Das dívidas exigíveis (capital de terceiros) 80% terão vencimento a longo prazo, e 20% serão exigíveis nos próximos 12 meses. Vejamos um exemplo.

A importância no estudo do endividamento, pode ser melhor exemplificada a partir do texto disponível na página do IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – www.iedi.org.br), ou (Noticiário - Seleção Diária de Notícias Nacionais 22/Maio/2007) em que seu Diretor-Executivo afirma:

Vejamos um exemplo:

Ativo	2005	2006	Passivo	2005	2006
Ativo Circulante	700	2280	Passivo Circulante	670	1200
Disponibilidades	220	530	Contas a pagar	200	300
Créditos	250	1450	Fornecedores	100	500
Estoques	200	300	Impostos, taxas e contribuições	120	80
Outros	30		Dividendos a pagar	250	320
Ativo Realizável a Longo Prazo	400	100	Passivo Exigível a Longo Prazo	130	530
Créditos com pessoas ligadas	400	100	Empréstimos e financiamentos	130	530
Ativo Permanente	700	900	Patrimônio	1000	1550

			Líquido		
Investimentos	500	300	Capital Social Realizado	800	1.200
Imobilizado	200	600	Lucros Acumulados	150	250
Diferido	-	-	Reservas de Lucro	50	100
Ativo Total	1.800	3.280	Passivo Total	1.800	3.280

Liquidez	2005	2006
Imediata	R\$ 0,33	R\$ 0,44
Corrente	R\$ 1,04	R\$ 1,90
Seca	R\$ 0,75	R\$ 1,65
Geral	R\$ 1,38	R\$ 1,38

Endividamento	2005	2006
Grau de endividamento	44%	53%
Endividamento exigível de curto prazo	84%	69%
Endividamento exigível de longo prazo	16%	31%

Da análise dos índices pode-se concluir que:

- a) o aumento no endividamento (de 44% para 53% não prejudicou a liquidez de curto prazo da empresa (de \$1,04 para \$1,90); e
- b) a empresa em 2006 não depende da liquidação de seus estoques para o pagamento das dívidas de curto prazo.

72

(Noticiário - Seleção Diária de Notícias Nacionais 22/Maio/2007)

“Os dados comparados de 2004 e 2003 mostram que houve uma significativa queda no endividamento das grandes empresas brasileiras. É o que mostram os indicadores para 112 grandes empresas

industriais que o IEDI pesquisa regularmente. O endividamento geral, que pode ser avaliado por meio da relação entre o endividamento oneroso líquido e o capital próprio, acusou um recuo significativo: de 1,70 para 1,34, considerando o total da amostra, e de 1,72 para 1,37, levando em conta o total das empresas industriais exceto a Petrobras. Os destaques foram os setores de Alimentos, em que essa relação caiu de 3,18 para 2,18; Bebidas (de 1,97 para 0,93); Química (de 2,13 para 1,59); Siderurgia (de 1,70 para 1,45); e Petróleo e Gás (de 1,72 para 1,30).

A estrutura de capitais refletiu essa redução do endividamento, com os recursos próprios passando a representar 42,8% das fontes de recursos em 2004, contra 37% em 2003. Paralelamente, uma outra mudança teve lugar: o endividamento empresarial de curto prazo encolheu como proporção da dívida total, o que também pode ser interpretado como uma melhora no perfil do endividamento. Considerando as empresas pesquisadas, respectivamente, com e sem Petrobras, a participação dos empréstimos de curto prazo nas dívidas totais das empresas passa de 33% para 28% e de 39% para 34%, entre 2003 e 2004. Ou seja, não somente o endividamento empresarial caiu como melhorou sua qualidade no período em tela.

Os dados sugerem ainda uma expressiva melhora no desempenho operacional das empresas industriais. O lucro da atividade sobre a receita líquida para o total das empresas sem a Petrobras subiu de 15,5%, em 2003, para 21,1%, em 2004. Note-se que a relação entre o lucro líquido (que inclui o resultado não-operacional) e a receita líquida cresceu de 10,7% para 13,5%.

Em termos de rentabilidade (relação entre o lucro líquido e o patrimônio líquido), essa aumentou expressivamente para o conjunto das empresas. Não considerando a Petrobras, a evolução foi de 20,8% em 2003 para 25,5% em 2004; levando em conta a Petrobras, o aumento foi menor, mas ainda assim a rentabilidade manteve um nível excepcional: 26,3% em 2003 e 26,6% em 2004. Um último dado deve ser sublinhado: o aumento de 33,1% no valor do lucro líquido acumulado das empresas selecionadas, um percentual significativamente mais elevado do que o crescimento da receita líquida, de 23,8%. Note que a variação do IGP-M no período foi de 12,4%.

Em grande parte, esses importantes avanços no desempenho e na estrutura de capitais das empresas brasileiras em 2004 podem ser atribuídos à recuperação da demanda doméstica e à expressiva ampliação das exportações. Esses fatores levaram ao aumento da utilização da capacidade instalada das empresas que tanto assusta (mas não deveria fazê-lo) as autoridades econômicas brasileiras, pois, diferentemente do que muitos imaginam, a maior utilização de capacidade é um fator que, além de incentivar o investimento, amortece tensões de preços. Também contribui para ampliar a rentabilidade, na medida em que abre oportunidade para que as empresas diluam seus custos fixos de produção. A maior produtividade da indústria, que, segundo dados preliminares dos estudos do IEDI, evoluiu cerca de 6% em 2004, foi certamente um outro fator destacado que contribuiu para que o setor melhorasse significativamente seu desempenho e rentabilidade. Boa lucratividade e redução (além da melhora do perfil) das dívidas significa que as empresas ganharam capacidade de investir, seja porque passaram a dispor de mais expressivas fontes internas de recursos, seja porque se habilitaram novamente a se endividar como meio alternativo de financiamento dos eventuais novos investimentos. Ou seja, no presente momento, a restrição financeira das empresas brasileiras é menor, pelo menos no que se refere à grande empresa.

É relevante preservar essa capacitação financeira porque essa é uma pré-condição para o aumento do investimento na economia brasileira, embora não seja a única, pois perduram dúvidas sobre a segurança

do investimento de longo prazo e se a economia brasileira de fato apresenta uma boa perspectiva de aumento de demanda. Em particular, as incertezas ainda presentes dizem respeito à segurança que se pode atribuir a um investimento de longo prazo como em infra-estrutura e, sobre a demanda, persiste a indagação se ela será contida em nome do controle inflacionário ou se terá prosseguimento a sua evolução. “A política econômica em curso poderia dedicar maiores esforços para, no que depender de sua ação, deixar ambas as questões esclarecidas”.

Disponível em www.iedi.org.br Data:10/05/07

73

RESUMO

Os índices de liquidez indicam a capacidade de pagamento da entidade. Os mais utilizados são o índice de liquidez corrente, que mede a capacidade da organização de honrar os compromissos assumidos no exercício seguinte com os recursos que tem a receber no mesmo exercício, e o índice de liquidez seca, que desconsidera os estoques existentes, por se tratar do item menos líquido do ativo circulante.

Ao utilizar índices de liquidez é importante levar em conta que o fluxo dos recebimentos não coincide com o fluxo de pagamentos, nem há certeza absoluta de que todos os créditos e estoques se converterão efetivamente em disponibilidades monetárias.

Os índices de endividamento são também importantes, por mostrarem o quanto a entidade depende de capitais de terceiros (grau de endividamento) e o perfil de sua dívida (composição do endividamento), que permite avaliar se a organização dispõe de tempo para alcançar resultados positivos e assim saldar os débitos contraídos.

74

UNIDADE 1 – ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

MÓDULO 9- ÍNDICES DE LUCRATIVIDADE E RENTABILIDADE

1 - LUCRO E LUCRATIVIDADE

Podemos conceituar lucro como o excedente das receitas obtidas por uma entidade sobre as despesas por ela efetuadas.

Por lucrativa entende-se, portanto, uma entidade capaz de gerar receitas superiores às suas despesas.

A essa capacidade de gerar lucros denominamos lucratividade.

Ao estudarmos lucratividade estamos nos referindo ao estudo dos componentes da Demonstração do Resultado do Exercício. Este estudo será idêntico ao estudo da análise vertical da DRE.

Visto que os empreendimentos comerciais, em sentido amplo, têm por objetivo gerar lucros, para que possam remunerar seus proprietários, o estudo da lucratividade assume especial relevância na análise das demonstrações financeiras.

Mas, não só para os proprietários como também para todos os que pretendem estabelecer negócios de longa duração com a empresa, interessa a análise da lucratividade.

É o caso de possíveis investidores e, mais ainda, de quem pretende assinar com ela contratos de longa duração envolvendo financiamentos, fornecimentos continuados de matérias-primas, construção de grandes obras e outras operações de vulto, cujo cumprimento depende essencialmente dos resultados que a empresa venha a obter.

75

Como já observamos, ao estudarmos a Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, os excedentes das receitas sobre as despesas recebem diferentes denominações, em função dos tipos de receitas e despesas consideradas: lucro bruto, lucro operacional, lucro antes e depois do imposto de renda, lucro líquido.

Assim, também as medidas de lucratividade, denominadas margens, recebem diferentes denominações, segundo o tipo ou expressão de lucro a que se referem: margem bruta, margem operacional etc.

É importante assinalar que a expressão dos diferentes tipos de lucros em unidades monetárias, embora possa causar impacto (bilhões, milhões), não têm significado primordial para o analista.

Esses valores brutos só assumem significado relevante quando confrontados com outros, mais especificamente com os valores das operações ou dos elementos que possibilitam a ocorrência de lucros.

Por essa razão, o trabalho de análise da lucratividade se inicia pelo cálculo dos quocientes que relacionam os diversos tipos de lucro com as vendas, com os ativos ou com o patrimônio líquido, dependendo do que se pretenda saber quanto à lucratividade.

Em si, esses indicadores pouco nos revelam. No entanto, confrontados com os indicadores de outras empresas, do mesmo porte e ramo, permite saber se nossos custos e despesas são compatíveis como que se verifica no mercado.

Por outro lado, uma série histórica desses indicadores pode evidenciar tendências, positivas ou negativas, bem como os seus fatores determinantes.



76

2 - INDICADORES DE LUCRATIVIDADE

Uma vez que o volume de vendas, do ponto de vista financeiro, é o fator determinante do lucro, pois para que haja lucro é indispensável vender para gerar receitas, os indicadores básicos da lucratividade (as margens) relacionam as várias expressões de lucro com as vendas.

A seguir apresentamos os indicadores de lucratividade comumente utilizados. Para exemplificar os cálculos, serão usados os dados das demonstrações financeiras da empresa Exemplo S/A.

Demonstração do Resultado do Exercício de 2006
Cia. Exemplo S/A

Demonstração do Resultado do Exercício	2005	AV	2006	AV	AH
Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	1.000	100%	1.500	100%	50%
(-) Deduções da Receita Bruta	-		-	0%	
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	1.000	100%	1.500	100%	50%
(-) Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	- 400	- 40%	- 700	- 47%	75%
Resultado Bruto	600	60%	800	53%	33%
Despesas/Receitas Operacionais	- 290	- 29%	- 300	- 20%	3%
Com Vendas	- 150	- 15%	- 200	- 13%	33%
Gerais e Administrativas	- 80	- 8%	- 70	- 5%	- 13%
Financeiras	- 60	- 6%	- 30	- 2%	- 50%
Resultado Operacional	310	31%	500	33%	61%

Resultado Não Operacional	- 5	- 0,5%	50	3%	1100%
Receitas	65	7%	50	3%	- 23%
Despesas	- 70	- 7%			- 100%
Resultado Antes da Tributação/Participações	305	31%	550	37%	80%
Provisão para IR e Contribuição Social	- 100	- 10%	- 80	- 5%	- 20%
Lucro/Prejuízo do Exercício	205	21%	470	31%	129%

77

a) Margem Bruta

Na DRE o lucro bruto é obtido pela diferença entre a receita líquida e o custo da mercadoria vendida.

A Margem Bruta é o quociente obtido pela divisão do lucro bruto (o lucro resultante das vendas após a dedução do custo das mercadorias vendidas – ou dos produtos vendidos, ou ainda dos serviços prestados – pelas vendas líquidas (o total das vendas, excluídas as deduções, conforme estudado no módulo referente à DRE)).

No caso da empresa Exemplo S/A, constata-se que sua Margem Bruta seria:

$$\text{Margem Bruta} = \text{Lucro Bruto} \div \text{Vendas Líquidas}$$

$$\text{Margem Bruta (2005)} = 600 \div 1.000 = 0,60 = 60\%$$

$$\text{Margem Bruta (2006)} = 800 \div 1.500 = 0,53 = 53\%$$

A Margem Bruta possibilita avaliar de imediato apenas (embora isso seja relevante) o peso dos CMV na formação do resultado da empresa.

Pelos cálculos acima, verifica-se que os custos consumiam 40% das vendas em 2005 e, em 2006 consomem 47%.

78

b) Margem Operacional

Para se obter a margem operacional, que nos mostra a lucratividade das operações da empresa, divide-se o lucro operacional pelas vendas líquidas.

$$\text{Margem Operacional} = \text{Lucro Operacional} \div \text{Vendas Líquidas}$$

No caso da empresa Exemplo S/A:

Margem Operacional (2005) = $310 \div 1.000 = 0,31 = 31\%$

Margem Operacional (2006) = $500 \div 1.500 = 0,33 = 33\%$

É notória a importância desse indicador, por nos revelar o resultado obtido pelas operações que constituem a própria finalidade da organização, sua razão de ser, o “seu negócio”.

Vale observar que a margem bruta apresentou uma queda de 7% de 2005 para 2006, em função do aumento dos custos da mercadoria vendida (de 40% para 47%), contudo a margem operacional de 2006 é superior a de 2005 em 2 pontos percentuais.

Este fato foi possível devido a uma redução de 9 pontos percentuais nas despesas operacionais, que consumiam 29% das receitas em 2005 e, apenas, 20% em 2006.

79

c) Margem Líquida

Para se calcular a margem líquida, utiliza-se fórmula semelhante às duas anteriores:

$$\text{Margem Líquida} = \text{Lucro Líquido} \div \text{Vendas Líquidas}$$

Utilizando os dados da DRE do Exemplo S/A:

Margem Líquida (2005) = $205 \div 1.000 = 0,21 = 21\%$.

Margem Líquida (2006) = $470 \div 1.500 = 0,31 = 31\%$.

A importância da margem líquida torna-se evidente se considerarmos que a magnitude da lucratividade líquida é que tornará possíveis maiores ou menores remunerações aos proprietários (dividendos).



3 - Indicadores de rentabilidade

A expressão rentabilidade tornou-se usual para nos referirmos à capacidade de gerar lucros (renda), de elementos patrimoniais.

Observe que no estudo da lucratividade estudávamos a composição da DRE.

No estudo da rentabilidade estudaremos a relação entre o BP e a DRE.

Do ponto de vista econômico, é possível dizer que os fatores de lucro são as aplicações (os ativos), em particular as aplicações no negócio da entidade, ou seja, nas operações relacionadas com a sua finalidade, os ativos denominados operacionais.

Por outro lado, de particular interesse para os proprietários e possíveis investidores, é o conhecimento da rentabilidade dos recursos próprios aplicados na organização, o patrimônio líquido.

Essas considerações levam-nos aos principais indicadores de rentabilidade.

Vamos continuar nossos estudos utilizando o BP e a DRE da Cia. Exemplo S/A.

BP					
Ativo	2005	2006	Passivo	2005	2006
Circulante	700	2280	Passivo Circulante	670	1200
Disponibilidades	220	530	Contas a pagar	200	300
Créditos	250	1450	Fornecedores	100	500
Estoques	200	300	Impostos, taxas e contribuições	120	80
Outros	30		Dividendos a pagar	250	320
Não circulante	1100	1000	Não circulante	130	530
Realizável a Longo Prazo	400	100	Exigível a Longo Prazo	130	530
Créditos com pessoas ligadas	400	100	Empréstimos e financiamentos	130	530
Investimentos	500	280	Patrimônio Líquido	1000	1550

Imobilizado	180	600	Capital Social Realizado	800	1200
Intangível	20	20	Reservas de Lucro	200	350
Ativo Total	1.800	3.280	Passivo Total	1.800	3.280

DRE da Cia. Exemplo S/A

Demonstração do Resultado do Exercício	2005	2006
Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	1.000	1.500
(-) Deduções da Receita Bruta	-	-
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	1.000	1.500
(-) Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	- 400	- 700
Resultado Bruto	600	800
Despesas/Receitas Operacionais	- 290	- 300
Com Vendas	- 150	- 200
Gerais e Administrativas	- 80	- 70
Financeiras	- 60	- 30
Resultado Operacional	310	500
Resultado Não Operacional	- 5	50
Receitas	65	50
Despesas	- 70	
Resultado Antes da Tributação/Participações	305	550
Provisão para IR e Contribuição Social	- 100	- 80
Lucro/Prejuízo do Exercício	205	470

81**a) Taxa de Retorno sobre o Investimento**

As empresas captam recursos no passivo (capitais de terceiros ou capital próprio) e aplicam estes recursos no ativo. Ou seja, o passivo representa as fontes de financiamento dos investimentos realizados no ativo.

Como estamos estudando a Taxa de Retorno sobre o Investimento, devemos relacionar os ativos com o lucro.

A Taxa de Retorno sobre o Investimento (TRI) resulta da divisão do lucro líquido pelo ativo total médio, visto ser esse ativo representativo das aplicações ou investimentos realizados.

Considerando o aspecto estático do BP, utilizamos o saldo médio das contas patrimoniais.

Para DRE, por ser dinâmica, iremos utilizar o valor anual.

$$\text{TRI} = \text{Lucro Líquido} \div \text{Ativo Total Médio}$$

No caso da empresa exemplo, temos:

Ativo Total (2005) = R\$1.800,00

Ativo Total (2006) = R\$3.280,00

Ativo Médio = R\$2.540,00

Lucro líquido (2006) = R\$470,00

$\text{TRI} = \text{R\$ } 470,00 / \text{R\$ } 2.540,00 = 0,1850 = 18,50\%$.

A conclusão que temos é de que, em 2006, os investimentos feitos no ativo geraram um retorno (lucro) de 18,50%.

A TRI é o mais importante indicador da situação da empresa. É ela que nos diz se os resultados das aplicações são positivos e qual a sua magnitude em termos percentuais.

Sua análise leva-nos a valiosas conclusões e permite orientar decisões relevantes para o desempenho e o futuro da organização.

Para que se compreenda e se possa utilizar todo o potencial de utilidade da TRI na análise, desdobra-se a fórmula acima em duas partes.

Para simplificar, passaremos a utilizar apenas os termos lucro, vendas e ativo total, visto estar, já, claro que se trata do lucro líquido, das vendas líquidas e do ativo total médio.

82

Assim, sem que se altere a essência da fórmula anterior, temos que:

TRI	=	Lucro líquido	X	Vendas
		Vendas		Ativo total Médio

Como se pode constatar, a primeira parte da fórmula constitui a fórmula da margem líquida e, a segunda, a fórmula do giro do ativo total. Portanto:

$$\text{TRI} = \text{Margem Líquida} \times \text{Giro do Ativo}$$

Esse desdobramento da fórmula permite identificar os fatores determinantes da TRI, e sobre eles atuar, com vistas à sua maximização, ou para corrigir eventuais desvios observados na gestão dos elementos patrimoniais, quais sejam as receitas e os custos e despesas decorrentes de suas operações, bem como o tipo e a qualidade dos ativos utilizados, sua capacidade de produção, sua manutenção, etc.

Utilizando-se como fatores a margem líquida e o giro do ativo, temos:

TRI	=	\$470	X	\$1.500
		\$1.500		\$2.540

$$\text{TRI} = 18,50\%$$

83

Desdobrando-se a fórmula original:

Vê-se que, caso se queira aumentar a TRI, teremos que atuar sobre os três elementos da fórmula (lucro, vendas e giro do ativo), separadamente ou em conjunto.

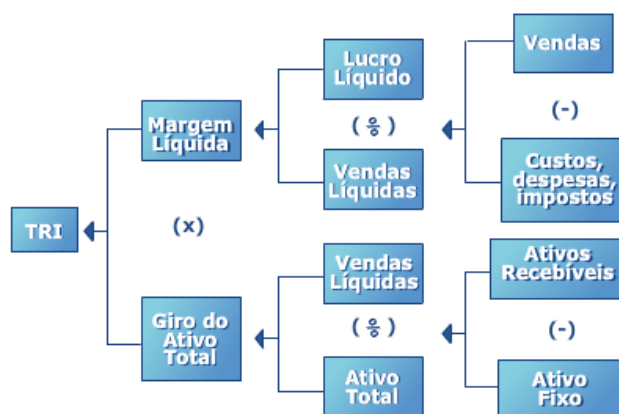
Aumentando-se o lucro (por exemplo, reduzindo despesas), aumentaremos a margem e, portanto, a TRI.

Aumentando-se as vendas, aumenta-se o giro do ativo e, portanto, a TRI (admite-se, é claro, que o lucro crescerá com o aumento das vendas).

Reduzindo-se o ativo, também será aumentado o giro do ativo e, portanto, a TRI.

O quadro a seguir ilustra a possibilidade de se aprofundar a análise, decompondo-se sucessivamente os elementos da fórmula.

Quadro Analítico da Taxa de Retorno do Investimento – TRI



b) Taxa de retorno sobre o Patrimônio Líquido

A Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido (TRPL), medida dos resultados obtidos pelos recursos aplicados pelos proprietários no negócio, resulta da divisão do Lucro Líquido pelo Patrimônio Líquido (médio).

$$\text{TRPL} = \text{Lucro Líquido} \div \text{Patrimônio Líquido}$$

No caso da empresa Exemplo S/A:

$$\text{TRPL} = 470 \div (1.000 + 1.550)/2 = 470 \div 1.275 = 0,3686 = 36,86\%$$

Convém salientar que os resultados (lucros) obtidos pelos proprietários foram gerados tanto pela aplicação de recursos dos proprietários (capitais próprios) como de terceiros, devendo ser, estes últimos, remunerados pela empresa.

**RESUMO**

Os indicadores de lucratividade e rentabilidade são os que despertam maior interesse e causam maior impacto sobre as partes interessadas nas demonstrações financeiras das entidades.

Isso se deve ao fato de ser o lucro o fundamento das atividades das organizações empresariais. Sem a perspectiva de gerar lucros, inúmeras aplicações de recursos deixariam de ser realizadas, por perderem a razão de ser, reduzindo-se substancialmente as atividades econômicas, a geração de emprego e renda.

A expressão do lucro em valores absolutos, nominais ou reais, é de pouca utilidade para a análise, devendo os lucros serem relacionados aos fatores financeiros (vendas) ou operacionais (ativos) que lhes

deram origem para que se conheça sua efetiva magnitude face ao porte da entidade e ao seu volume de operações.

Ao se relacionarem os diversos tipos de lucro (bruto, operacional, líquido) com as vendas obtêm-se importantes indicadores de desempenho (margens), expressos em porcentagens de lucro geradas pelas vendas: margem bruta, margem operacional, margem líquida.

Ao se relacionarem os lucros com os seus fatores operacionais, obtêm-se indicadores da rentabilidade das aplicações em ativos e das fontes de recursos utilizadas, próprias ou de terceiros, as taxas de retorno.

Dentre todos esses indicadores sobressai-se, por sua importância, a Taxa de Retorno do Investimento – TRI, cujo cálculo engloba tanto o lucro como as vendas e os ativos utilizados pela entidade. A decomposição da TRI e sua análise possibilitam identificar os fatores do bom ou mau desempenho da organização e tomar decisões sobre os múltiplos fatores desse desempenho, como o custo de produção e as despesas operacionais.

86

UNIDADE 1 – ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

MÓDULO 9- ÍNDICES DE LUCRATIVIDADE E RENTABILIDADE

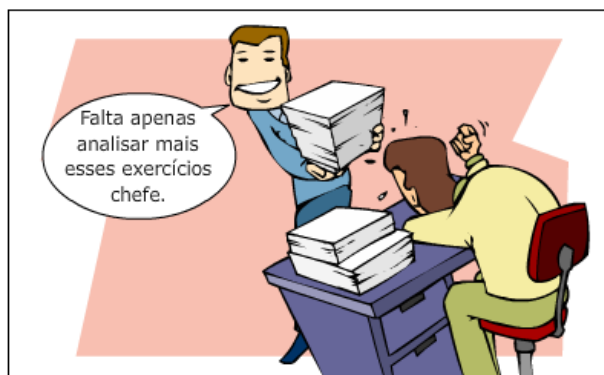
1 - Requisitos da análise global

As diversas análises que podem ser efetuadas sobre as demonstrações financeiras de uma entidade devem ser integradas.

Cada tipo de análise serve como subsídio às demais, e cada aspecto considerado auxilia no entendimento de outros aspectos.



A análise de apenas um exercício é de pouca utilidade, sendo usualmente considerado indispensável que se analisem pelo menos três exercícios consecutivos, o que implica em ter acesso aos dados de pelo menos quatro demonstrações financeiras, uma vez que em muitos casos convém utilizar valores médios (ativo, patrimônio líquido, estoques etc.). Analisando-se apenas um ou dois exercícios, fica dificultada, se não impossibilitada, a identificação de tendências.



Foi mencionado que, uma vez que as entidades atuam em ambientes diferenciados, quais sejam os diversos ramos de atividade existentes, e se distinguem umas das outras em diversos pontos, a começar pelo seu porte, é preciso confrontar os resultados da análise com os que foram obtidos por entidades congêneres.

O conhecimento da situação das inúmeras organizações que atuam em determinado setor nos possibilita estabelecer padrões, com os quais podemos confrontar os dados relativos à entidade que estamos analisando e assim avaliá-la, emitindo um parecer à luz da realidade em que está inserida.

Um último fator a ser levado em conta é a importância relativa de cada indicador, ou índice, numa avaliação global da entidade.



A título de exemplo da complexidade do trabalho dos profissionais da área, concluiremos com uma análise – tão abrangente quanto possível – de uma empresa de porte médio, do ramo de materiais de

construção, cujos demonstrativos essenciais, os balanços patrimoniais e as demonstrações de resultado do exercício apresentamos a seguir.

ORGANIC S/A – MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO
Balanços Patrimoniais
Demonstrações do Resultado do Exercício

Balanços Patrimoniais (US\$ 1.000,00)

ATIVO	2005	2006	2007
CIRCULANTE	1.970	2.400	3.050
Disponível	40	30	30
Dupl. a receber	1.030	1.230	1.560
Estoques	900	1.140	1.460
NÃO CIRCULANTE	830	1.840	2.650
Investimentos	70	140	210
Imobilizado líquido	760	1.700	2440
TOTAL	2.800	4.240	5.700
PASSIVO	2005	2006	2007
CIRCULANTE	1.520	1.850	2.050
Fornecedores	770	740	750
Empréstimos bancários	70	120	160
Dupl. descontadas	400	670	700
Impostos a pagar	140	180	300
Dividendos a pagar	140	140	140
NÃO CIRCULANTE	170	910	1.950
EXIGÍVEL LP	170	910	1.950
Financiamentos	170	910	1.950
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1100	1480	1700
Capital social	820	1.350	1.550
Reservas de lucro	290	130	150
TOTAL	2.800	4.240	5.700

Demonstrações do Resultado do Exercício

(US\$ 1.000,00)

Contas de Resultado	X1	X2	X3
Receita Bruta	7.150	8.550	10.450
(-) Devoluções e abatimentos	(150)	(200)	(250)
(-) Impostos recolhidos	(1.200)	(1.400)	(1.600)
(=) Receita Líquida	5.800	6.950	8.600

(-) CMV	(1.400)	(1.800)	(1.900)
(=) Lucro Bruto	4.400	5.150	6.700
(-) Despesas Operacionais			
Despesas com vendas	(1.500)	(1.600)	(1.800)
Despesas gerais e administrativas	(1.700)	(1.900)	(2.250)
(=) Lucro Operacional (1)	1.200	1.650	2.650
(-) Despesas financiamentos líquidas	(600)	(900)	(1.800)
(=) Lucro Operacional (2)	600	750	850
(-) Resultado não Operacional	(30)	(60)	(190)
(=) Lucro antes do I. de Renda	570	690	660
(-) Provisão para o I. de Renda	(140)	(180)	(300)
(=) Lucro Líquido	430	510	360

Observe que os valores constantes das demonstrações já se encontram em moeda mais estável que a nossa, com o que se minimizam os efeitos inflacionários.

Observe ainda que já foram efetuados vários ajustes: eliminadas contas retificadoras (provisões, depreciação) e que o valor das duplicatas descontadas já foi transferido para o passivo circulante.

Foram, portanto, tomadas providências preliminares, e as demonstrações já se encontram formatadas e ajustadas para a análise.

88

2 - Análises horizontal e vertical

Os quadros abaixo apresentam as demonstrações já trabalhadas para fins de análise vertical e horizontal, destacando o fato de que foi realizada a análise horizontal encadeada.

Os cálculos preliminares foram já efetuados, cabendo agora ao analista examiná-los e interpretá-los em busca do conhecimento da entidade no que diz respeito aos aspectos relevantes para as partes interessadas.

Pequenas diferenças que podem ser observadas são devidas a arredondamentos efetuados com vistas a possibilitar melhor apresentação e visualização.

Balanços Patrimoniais

ATIVO	2005	A.V.	2006	A.V.	A.H.	2007	A.V.	A.H.
CIRCULANTE	1.970	70%	2.400	57%	22%	3.050	54%	55%
Disponível	40	1%	30	1%	- 25%	30	1%	- 25%
Dupl. a Receber	1.030	37%	1.230	29%	19%	1.560	27%	51%
Estoques	900	32%	1.140	27%	27%	1.460	26%	62%
NÃO CIRCULANTE	830	30%	1.840	43%	122%	2.650	46%	219%

Investimentos	70	3%	140	3%	100%	210	4%	200%
Imobilizado líquido	760	27%	1.700	40%	124%	2.440	43%	221%
Total	2.800	100%	4.240	100%	51%	5.700	100%	104%
PASSIVO	2005	A.V.	2006	A.V.	A.H.	2007	A.V.	A.H.
CIRCULANTE	1.520	54%	1.850	44%	22%	2.050	36%	35%
Fornecedores	770	28%	740	17%	- 4%	750	13%	- 3%
Empréstimos bancários	70	3%	120	3%	71%	160	3%	129%
Duplicatas descontadas	400	14%	670	16%	68%	700	12%	75%
Impostos a pagar	140	5%	180	4%	29%	300	5%	114%
Dividendos a pagar	140	5%	140	3%	0%	140	2%	0%
NÃO CIRCULANTE	170	6%	910	21%	435%	1.950	34%	1047%
Exigível LP	170	6%	910	21%	435%	1.950	34%	1047%
Financiamentos	170	6%	910	21%	435%	1.950	34%	1047%
Patrimônio Líquido	1.110	40%	1.480	35%	33%	1.700	30%	53%
Capital social	820	29%	1.350	32%	65%	1.550	27%	89%
Reservas de lucro	290	10%	130	3%	- 55%	150	3%	- 48%
Total	2.800	100%	4.240	100%	51%	5.700	100%	104%

O que podem nos dizer as análises horizontal e vertical sobre os balanços patrimoniais da empresa?

Em primeiro lugar, quanto ao Ativo, nota-se que o crescimento de 104% ao longo do período deveu-se, sobretudo, ao aumento do Imobilizado, da ordem de 221%. O Ativo Circulante também apresentou crescimento (55%), porém muito inferior ao crescimento do Imobilizado.

Além disso, enquanto a participação do Imobilizado na composição do Ativo passou de 27% para 43%, a do Ativo Circulante caiu de 70% para 54%.

Obviamente, caiu também a participação na composição do Ativo dos itens que compõem o Ativo Circulante, embora tenham ocorrido aumentos em termos absolutos e relativos, com exceção do disponível que apresenta uma redução de 25%.

Isso nos diz que a empresa está investindo pesado, ampliando ou renovando suas instalações e equipamentos.

Análise horizontal encadeada

A análise horizontal encadeada ocorre quando se utilizam as variações ocorridas em relação ao ano tomado como base, e não em relação ao ano anterior.

Qual a origem dos recursos aplicados? Analisando o Passivo, poderemos caminhar ao encontro da resposta.

Dos três grandes grupos que compõem o Passivo, vê-se que o que mais cresceu, e cresceu extraordinariamente (mais de 1.000%), foi o Exigível a Longo Prazo. Além disso, sua participação na composição do Passivo passou de apenas 6% para 34%. Não há como negar que o endividamento da empresa sofreu um grande aumento.

Em 2005 a empresa trabalhava com 60% de capitais de terceiros e 40% de capital próprio, estando a dívida com terceiros concentrada no curto prazo. Em 2007, o capital próprio, apesar do crescimento de 53% em relação a 2005, representa apenas 30% dos recursos utilizados pela empresa.

O endividamento em 2007, ao contrário de 2005, está concentrado no longo prazo.

Assim, não parece existir dúvida de que a principal fonte de recursos utilizada constituiu-se nos novos financiamentos a longo prazo.

O crescimento, em termos absolutos da conta financiamentos, R\$ 1.780,00 (R\$ 1.950,00 – R\$170,00), confrontado com o crescimento, também em termos absolutos, da conta Imobilizado, de R\$ 1.680,00 (R\$2.440,00 – R\$760,00), confirmaria essa hipótese.

No **Passivo Circulante**, destaca-se uma análise da participação da conta dos fornecedores (caiu de 28% para 13%), indício de possíveis dificuldades de crédito junto aos fornecedores, motivada pela elevação do endividamento.

Essa **queda** foi compensada pelo aumento dos empréstimos bancários (129%) e das duplicatas descontadas (75%), o que indica que a empresa está tendo que recorrer com maior intensidade à rede bancária para assegurar seu capital de giro.

Sua **capacidade de pagamento** no curto prazo, no entanto, não está comprometida. O crescimento do Ativo Circulante, tanto em termos absolutos (R\$ 1.080,00) como relativos (54%) se apresenta maior que o crescimento do Passivo Circulante (R\$ 530,00 e 34%, respectivamente).

Análise das Demonstrações do Resultado do Exercício

A Receita Líquida foi lançada duas vezes. Este fato tem a finalidade de destacar a participação das deduções sobre a receita bruta, e dos custos e despesas sobre a receita líquida.

Contas de Resultado	2005		2006			2007		
	R\$	AV	R\$	AV	AH	R\$	AV	AH
Receita Bruta	7.150	100%	8.550	100%	20%	10.450	100%	46%
(-) Devoluções/abatimentos	150	2%	200	2%	33%	250	2%	67%
(-) Impostos recolhidos	1.200	17%	1.400	16%	17%	1.600	15%	33%
(=) Receita Líquida	5.800	81%	6.950	81%	20%	8.600	82%	48%
(=) Receita Líquida	5.800	100%	6.950	100%	20%	8.600	100%	48%
(-) CMV	1.400	24%	1.800	26%	29%	1.900	22%	36%
(=) Lucro Bruto	4.400	76%	5.150	74%	17%	6.700	78%	52%
(-) Despesas Operacionais								
Despesas com vendas	1.500	26%	1.600	23%	7%	1.800	21%	20%
Desp. gerais e administrat.	1.700	29%	1.900	27%	12%	2.250	26%	32%
(=) Lucro Operacional (1)	1.200	21%	1.650	24%	38%	2.650	31%	121%
(-) Desp. financ. líquidas	600	10%	900	13%	50%	1.800	21%	200%
(=) Lucro Operacional (2)	600	10%	750	11%	25%	850	10%	42%
(-) Result. não Operacional	30	1%	60	1%	100%	190	2%	533%
(=) Lucro antes do I. R.	570	10%	690	10%	21%	660	8%	16%
(-) Prov. para o I. de Renda	140	2%	180	3%	29%	300	3%	114%
(=) Lucro Líquido	430	7%	510	7%	19%	360	4%	- 16%

A **análise das demonstrações do resultado** do exercício parte efetivamente da receita líquida (vendas líquidas). No entanto, seu confronto com a receita bruta é de utilidade, razão por que seu valor aparece duas vezes.

Verifica-se que no período houve um crescimento da receita bruta de 46% e uma queda no lucro líquido de 16%. A empresa vendeu mais e ganhou menos. Vejamos o que ocasionou este fato.

A primeira parte da tabela mostra que o nível das devoluções e abatimentos se manteve estável em relação às vendas brutas (em torno de 2%), ou seja, não há indícios de problemas relacionados com a qualidade dos produtos. Por outro lado, observa-se que a carga tributária tem peso relevante (média de 16%) na composição de preços.

91

A análise dos dados permite constatar uma queda significativa no Lucro Líquido, tanto em termos absolutos (R\$ 70,00) como relativos (16%), em 2007, quando passou a representar apenas 4% da receita

líquida, contra 7% nos anos anteriores. Essa queda se mostra ainda mais acentuada quando confrontamos os valores de 2007 com os de 2006. **Quais as razões?**

O CMV no período teve um crescimento de 36% contra um aumento nas vendas de 46%, o que gerou maior lucro bruto (o CMV subiu em 2006 e reduziu em 2007).

Além disso, conseguiu reduzir as despesas com vendas e as despesas gerais e administrativas, tendo o seu Lucro Operacional (1) elevado em 10%, com relação à Receita Líquida, no período examinado. Sua situação, portanto, do ponto de vista operacional, apresentou substancial melhora.

A explicação para a queda no Lucro Líquido encontra-se claramente na elevação das despesas financeiras, que passaram de 10% da Receita Líquida em 2005 para 21% da Receita Líquida em 2007, tendo crescido, em termos absolutos, R\$ 1.200,00 e 200% em termos relativos.

Essa constatação se mostra coerente com o que foi apurado quando da análise dos balanços patrimoniais, com relação ao endividamento da organização.

92

3 - ANÁLISE POR ÍNDICES

Na tabela a seguir encontram-se os principais índices econômico-financeiros da empresa no período que estamos examinando.

Principais índices econômico-financeiros da empresa
Período de 2005-2007

Índices	2005	2006	2007
Índice de Liquidez Imediata	0,03	0,02	0,01
Índice de Liquidez Corrente	1,30	1,30	1,49
Índice de Liquidez Seco	0,70	0,68	0,78
Índice de Liquidez Geral	1,17	0,87	0,76
Grau de endividamento	60%	65%	70%
Composição do Financiamento (curto prazo)	90%	67%	51%
PME (em dias)		204	246
PMRD (em dias)		59	58
PMPD (em dias)		133	121
Ciclo Operacional (em dias)		263	305
Ciclo de Caixa (em dias)		(130)	(184)
Margem Bruta	76%	74%	78%
Margem Operacional	21%	24%	31%
Margem Líquida	7%	7%	4%
Giro do Ativo	2,07	1,64	1,51
TRI		14%	7%

TRPL		39%	23%
------	--	-----	-----

É claro que poderíamos ampliar ou reduzir o rol de índices da tabela, conforme os objetivos da análise. Poderíamos, por exemplo, acrescentar o grau de alavancagem financeira ou o índice de cobertura de juros, mas o que está acima é suficiente para os nossos propósitos.

93

A análise dos índices extraídos das demonstrações financeiras da empresa comprova algumas conclusões e observações das análises horizontal e vertical efetuadas, e acrescentam outras de grande importância para o analista e as partes interessadas:

Sintetizando tais informações, pode-se dizer, sem esgotar a análise, que o futuro da organização está na dependência de três fatores:

- 1) o resultado dos investimentos que vêm realizando, e que se têm mostrado positivos, como se vê pelo aumento da margem operacional;
- 2) o adequado equacionamento de seu endividamento no longo prazo, seja por meio de negociações oportunas, com obtenção de condições mais favoráveis dos credores (redução da taxa de juros, dilatação do prazo para pagamentos), seja por meio de aportes de capital dos proprietários (é possível que a empresa suspenda temporariamente o pagamento de dividendos);
- 3) a solução dos seus problemas de liquidez imediata e dificuldades de obtenção de crédito, para reduzir sua dependência da rede bancária.

A análise dos índices poderia ser complementada por uma análise dos fluxos de caixa, porém essa não acrescentaria informações de importância maior para o futuro da organização. Apenas permitiria identificar a existência de eventuais pontos de estrangulamento sazonais, e prevenir-se antecipadamente.

A despeito da importância e utilidade dos resultados das análises efetuadas, é indispensável que se examine a situação da empresa à luz do contexto em que ela atua.

94

4 - ANÁLISE COMPARATIVA

Como ela está posicionada em relação às demais organizações do ramo, de porte equivalente?

Para responder à questão, é necessário primeiramente delimitar o universo das empresas do mesmo porte e ramo da organização que estamos examinando e dele extrair uma amostra representativa.

A seguir, calculam-se os indicadores de interesse dessas empresas, a média desses indicadores e seu desvio-padrão.

Utilizando-se a média e o desvio-padrão dos indicadores podemos categorizá-los de diversas maneiras com vistas à análise comparativa.

Assim, podemos conceituar como “bom” um índice de liquidez corrente situado entre a média (X) e o desvio padrão (s), e como apenas “satisfatório” um grau de endividamento também situado nesse mesmo intervalo.

É importante observar que a categorização deve considerar o significado da grandeza do índice, ou seja, o fato de que, em alguns casos, “quanto maior, melhor”, e em outros “quanto maior, pior”.

No caso presente, suponhamos que tenham sido obtidos e categorizados os valores abaixo

- a) Índice Liquidez Corrente ($X = 0,95$; $s = 0,05$)
- b) Índice de Liquidez Seco ($X = 0,55$; $s = 0,05$)
- c) Índice de Liquidez Geral ($X = 0,80$; $s = 0,10$)
- d) Grau de Endividamento ($X = 55\%$; $s = 6,5\%$)
- e) Composição do Endividamento ($X = 60\%$; $s = 7\%$)
- f) Giro do Ativo ($X = 0,60$; $s = 0,15$)
- g) Margem Líquida ($X = 6\%$; $s = 0,7\%$)
- h) Taxa de Retorno do Investimento ($X = 7\%$; $s = 2,5\%$)
- i) Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido ($X = 25\%$; $s = 8\%$)

Índice Liquidez Corrente

Categoria	Intervalo
Deficiente	0,90 a 0,85
Satisfatório	0,95 a 0,90
Bom	0,95 a 1,00
Muito bom	1,00 a 1,05

Índice de Liquidez Seco

Categoria	Intervalo
Deficiente	0,50 a 0,45
Satisfatório	0,55 a 0,50
Bom	0,55 a 0,60
Muito bom	0,60 a 0,65

Índice de Liquidez Geral

Categoria	Intervalo
Deficiente	0,70 a 0,60
Satisfatório	0,80 a 0,70
Bom	0,80 a 0,90
Muito bom	0,90 a 1,00

Grau de Endividamento

Categoria	Intervalo
Deficiente	61,5% a 68,0%
Satisfatório	55,0% a 61,5%
Bom	55,0% a 48,5%
Muito bom	48,5% a 42,0%

Composição do Endividamento

Categoria	Intervalo
Deficiente	67% a 74%
Satisfatório	60% a 67%
Bom	60% a 53%
Muito bom	53% a 46%

Giro do Ativo

Categoria	Intervalo
Deficiente	0,45 a 0,30
Satisfatório	0,60 a 0,45
Bom	0,60 a 0,75
Muito bom	0,75 a 0,90

Margem Líquida

Categoria	Intervalo
-----------	-----------

Deficiente	5,3% a 4,6%
Satisfatório	6,0% a 5,3%
Bom	6,0% a 6,7%
Muito bom	6,7% a 7,4%

Taxa de Retorno do Investimento

Categoria	Intervalo
Deficiente	4,5% a 2,0%
Satisfatório	7,0% a 4,5%
Bom	7,0% a 9,5%
Muito bom	9,5% a 12,0%

Taxa de Retorno Sobre o Patrimônio Líquido

Categoria	Intervalo
Deficiente	17% a 9%
Satisfatório	25% a 17%
Bom	25% a 33%
Muito bom	33% a 41%

95

Confrontando os índices da empresa, analisando-os com os de suas concorrentes, e utilizando a categorização adotada, poderíamos enquadrá-los como segue:

- Índice de Liquidez Corrente (1,49): acima de muito bom;
- Índice de Liquidez Seco (0,78): acima de muito bom;
- Índice de Liquidez Geral (0,76): apenas satisfatório;
- Grau de Endividamento (70%): abaixo de deficiente;
- Composição do Endividamento (51%): bom;
- Giro do Ativo (1,51): acima de muito bom;
- Margem Líquida (4%): abaixo de deficiente;
- Taxa de Retorno do Investimento (7%): apenas satisfatório;
- Taxa de Retorno sobre o P. Líquido (23%): apenas satisfatório.

Portanto, apenas o Grau de Endividamento e a Margem Líquida situam-se em níveis realmente dignos de preocupação, se para tal considerarmos a situação das empresas de porte equivalente que atuam no mesmo setor que a nossa. Resolvida a questão do endividamento e, por consequência, diminuindo-se as despesas financeiras, a margem líquida se elevará.

Veja os aspectos positivos da empresa, em relação às suas concorrentes, como os índices de liquidez corrente e seca e, particularmente, o giro do ativo.

Outros modelos de avaliação, evidentemente, são possíveis com o uso de ferramentas estatísticas e a utilização de outras medidas de tendência central e de dispersão. O que aqui apresentamos é apenas um dentre vários modelos possíveis.



96

RESUMO

Uma análise global da situação e do desempenho da entidade exige que os diversos instrumentos de análise sejam utilizados de maneira integrada, de forma a que os diversos aspectos relevantes sejam vistos à luz de diferentes holofotes.

Assim, não só devemos analisar três ou mais exercícios consecutivos e efetuar cálculos de índices como verificar as variações absolutas nas contas, sua evolução por meio de números índices e sua participação na composição do grupo ou subgrupo de que faz parte.

Além disso, a análise global exige que se leve em conta o ramo de atividade da organização e as características que a diferenciam de suas congêneres, em particular o seu porte e até mesmo a área geográfica em que atua.

Os indicadores apresentados pela análise devem, portanto, ser confrontados uns com os outros, com os das entidades atuantes no setor e com os de outras entidades que apresentem características semelhantes.

Para tanto, os analistas e demais partes interessadas se valem de instrumentos estatísticos como médias e desvios padrões para que se forme um juízo realista das condições da entidade sob exame.